

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

### ATA N.º 16 DE 18/12/2023

No dia 18 de dezembro de 2023, reuniu, pelas 14:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **Período Antes da Ordem do dia**

1. Informações gerais e expediente.
2. Votação da ata da reunião ordinária de 28 de setembro de 2023.
3. Assuntos gerais de interesse municipal.
4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.

#### **Período de Intervenção do Público**

5. Intervenção do Público.

#### **Período da Ordem do dia**

6. Apreciação e deliberação sobre Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2024.
7. Apreciação e deliberação sobre Participação do Município no IRS – ano 2024.
8. Apreciação e deliberação sobre Tabela de Taxas – ano 2024.
9. Apreciação e deliberação sobre Orçamento, GOP, Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal para o ano 2024.
  - 9.1. Deliberação Orçamento 2024.
  - 9.2. Deliberação GOP 2024.
  - 9.3. Deliberação Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal 2024.
10. Apreciação e deliberação de proposta para abono de despesas de representação dos titulares de cargos dirigentes.

11. Apreciação e deliberação de proposta para a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.

12. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

12.1. Proposta - Suplemento de Penosidade e Insalubridade – 2024.

12.2. Compromissos Plurianuais – 3.º Trimestre de 2023.

### **Intervenção do Público**

13. Intervenção do Público.

### **Mesa:**

Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira

Primeiro-Secretário: Pedro Maldonado Martins de Carvalho

Segunda-Secretária: Cristiana Sofia Martins Vieira, em exercício.

### **Deputados Eleitos presentes na sessão:**

- Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMPSD);
- José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);
- Pedro Maldonado Martins de Carvalho (GMPSD);
- Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);
- Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);
- Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);
- Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);
- Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);
- Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);
- Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);
- António Luis da Costa Esteves (GMPSD);
- Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Silvia Raquel Amaral da Cruz (GMMPM);
- António da Silva Pinto (GMPS);
- José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);
- Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);

Fls. 346

- Manuel de Almeida Ferreira, em substituição de Paulo Carlos Alves Vieira, Sandra Manuela Cardoso da Cunha e Carlos Filipe Ribeiro Novais (UCPT);
- João Fernando Damas Cardoso, em substituição de Manuel José Soares Marçal e João Manuel Ferreira da Silva (GMPSD);
- João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);
- Ângelo Soares Fernandes (GMPS);
- Cristiana Sofia Martins Vieira, em substituição de Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD);
- Olinda Tavares Noronha, em substituição de José Vieira Gonçalves e Filipe Miguel de Sousa da Costa (GMPS).

**Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:**

- António da Costa e Cunha (GMPSD);
- Joaquim Luiz Vieira Martins (GMPS);
- Ricardo Jorge Mendes Cardoso (GMPS);
- Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);
- Carlos Manuel da Silva Moreira (GMPSD);
- Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMPM).

**Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:**

Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

Vereadores: José António dos Santos Vilela, Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de Carvalho, António dos Santos Rodrigues, Vitor Manuel Quintas Pinho e Ricardo Jorge Martins Alves.

Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 14:10 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de suspensão de mandato:

- Ana Margarida Pinto da Rocha, eleita pelo PSD, pelo periodo de 10 dias, nos termos do previsto no n.º 2 e 3 - alínea g), do artigo 4.º do Regimento da AM, e do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação actual, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade.

De seguida operou-se a respectiva substituição pelo deputado José Carlos Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida Lei.

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituído pelo deputado José António da Costa Moreira da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pelo deputado Rodrigo António Joaquina Pereira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Inês Duarte da Silva Martins, eleita pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituída pela deputada Cristiana Sofia Martins Vieira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Manuel José Soares Marçal e João Manuel Ferreira da Silva, eleitos pelo PSD, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituídos pelo deputado João Fernando Damas Cardoso, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no artigo 79.º da referida Lei.
- Paulo Carlos Alves Vieira, Sandra Manuela Cardoso da Cunha e Carlos Filipe Ribeiro Novais, eleitos pelo UCPT, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituídos pelo deputado Manuel de Almeida Ferreira, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, no n.º 4 do artigo 76.º e no artigo 79.º da referida Lei.

Fls. 347

- José Vieira Gonçalves e Filipe Miguel de Sousa da Costa, eleitos pelo PS, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, substituídos pela deputada Olinda Tavares Noronha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, no n.º 4 do artigo 76.º e no artigo 79.º da referida Lei.

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dizer que é a primeira vez que as sessões da AM estão a ser transmitidas em direto, nos termos do Regimento que foi aprovado. Disse que conseguiram implementar esta nova forma de dar a conhecer aos Paivenses as sessões da AM, que assim a elas podem assistir online no canal do Município.

Deu nota que isso levou a que todos os deputados da AM tivessem que assinar um termo para que autorizassem, ou não, a transmissão das suas intervenções. Disse que da informação que tem todos os membros autorizaram, por isso os técnicos que estão responsáveis pelas gravações não têm que se preocupar com os deputados da AM.

Informou que o mesmo se vai aplicar ao público, ou seja, há umas folhas que serão disponibilizadas sempre que algum membro do público se inscrever no período que lhe está destinado: antes de o fazer, tem que assinar um termo em que autoriza, ou não, que sejam gravadas e disponibilizadas as suas imagens online. Disse que se alguém não autorizar será pedido que cortem a imagem para que faça a intervenção (será na mesma gravada, mas não será transmitida).

#### Período Antes da Ordem do dia

##### *1. Informações gerais e expediente.*

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que na correspondência recebida e enviada o requerimento apresentado pelo GMPS no dia 3 de novembro, enviado por e-mail para o Sr. Presidente da AM, não consta nos registos de entrada de correspondência. Perguntou se há a possibilidade de haver alguma falha do registo da correspondência enviada ou recebida; se foi apenas um lapso; se podem confirmar que todos

os outros documentos em que houve entrada e saída de correspondência estão devidamente registados.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que pode confirmar sem consultar nada que foi um lapso, e que vai pedir ao secretário da sessão que corrija o documento e o disponibilize na “cloud” para que fique registada essa receção.

**2. Votação da ata da reunião ordinária de 28 de setembro de 2023.**

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade pelos membros presentes na referida sessão.

**3. Assuntos gerais de interesse municipal.**

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para agradecer o convite que lhes foi feito pela AM, em nome da Câmara Municipal, para o jantar natalício.

Elogiou a forma como este ano a iluminação de Natal se apresenta no largo do Conde e ruas envolventes.

Apresentou a seguinte nota relativamente ao deputado Manuel Ferreira (GMUCPT): foi autarca na Assembleia Municipal de Castelo de Paiva de 1982 a 1985, por isso é a segunda vez que está neste órgão.

Referindo-se à locomotiva denominada “Pedorido”, que está no jardim das instalações da antiga Junta de Freguesia, disse que foi ali colocada provisoriamente, e que conseguiram que ela viesse para o concelho no âmbito do projeto que depois não chegou a concretizar-se da criação do Centro Museológico do Mineiro. Referiu que já numa data anterior alertou para o desaparecimento de algumas peças daquele importante equipamento do concelho. Sugeriu à Câmara Municipal que se houver hipótese de com recurso à prata de casa promover a sua iluminação, porque durante a noite é um sítio que está bastante escuro.

Informou que tomou conhecimento que o proprietário do edifício “Marmoiral” é a empresa “BLCK, Lda.”, que terá intentado este ano duas ações judiciais contra a Câmara Municipal de Castelo de Paiva no valor de

Fls. 348

92.000,00€, pelo que gostava de saber o que é que o Sr. Presidente da Câmara tem a dizer sobre o assunto.

Informou também que o Ministério Público moveu contra a Câmara Municipal uma ação administrativa de anulação de atos administrativos, pelo que gostava de saber a que é que diz respeito esta ação no valor de 77.000,00€; que há dois particulares que intentaram uma ação contra a Câmara Municipal impugnando a revisão do “PDM – Plano Diretor Municipal”. Disse que esta é a que o preocupa mais pelo facto de o valor da ação ser de cerca de 1.400.000,00€, pelo que gostava de saber se o Sr. Presidente da Câmara lhes pode dizer a que é que diz respeito.

Deu nota que não esteve na última Assembleia Municipal por questões profissionais, mas sabe que a deputada Giselda Neves (GMPS) questionou a situação da escola EB2/3, pelo que perguntava se há novidades em relação a este processo.

Alertou o Sr. Presidente da Câmara para uma situação que vem do seu tempo enquanto Presidente da Câmara referente à nova ponte sobre o Douro, e que permitiu que ela fosse feita em tempo recorde, ou seja, a ponte tem um separador de betão no meio que foi colocado provisoriamente, porque senão obrigava à realização de um estudo de impacto ambiental, obrigava a uma série de procedimentos que nem em 2 ou 3 anos depois da obra ter ido a concurso estaria feita; que na altura, quando acabou o prazo, já informou o Dr. Gonçalo Rocha, e é só contactar a empresa “Infraestruturas de Portugal” (separador era para sair), porque se eventualmente houver alguma avaria numa das faixas de rodagem ficam ali bloqueados, apesar de haver a alternativa da outra ponte.

Sobre um memorando de entendimento que se ouviu falar relativamente à Quinta e Casa da Boavista, disse que gostava de ter um ponto de situação.

Deu nota que solicitou ao Sr. Presidente da AM a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos, que não foi incluído e cuja justificação aceitou. Referiu que era em relação à auditoria que, tal como o fez o deputado Carlos Novais (GMUCPT), já questionou sobre este assunto várias vezes; que em

junho de 2022 foi assinado o contrato para a elaboração do relatório da auditoria; que em setembro de 2023 o Sr. Presidente da Câmara disse na AM e citou: "... a auditoria financeira está concluída, será dada a conhecer à Câmara e à AM."

Repetiu que no início de dezembro de 2023 solicitou a inclusão do ponto para esta sessão, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado o Sr. Presidente da AM e citou: "... a seu tempo será apresentada em sede de reunião e posteriormente em sede da Assembleia Municipal."

Questionou se o referido relatório será presente à Assembleia Municipal de fevereiro de 2024 (fará nessa altura 19 meses depois de ter sido adjudicado o contrato).

Deu nota que em 17 de fevereiro de 2022 o Tribunal de Contas concluiu pela violação de algumas normas de contratação pública pelo Município de Castelo de Paiva no mandato 2017/2021. Referiu que o atual Presidente da Câmara, não tendo nada a ver com aquele processo, mas era quem estava em funções, tinha 180 dias para implementar medidas que viessem a impedir situações idênticas no futuro.

Solicitou que o Sr. Presidente da Câmara o informasse se já fez essa comunicação ao Tribunal de Contas; se poderá consultar o processo existente na Câmara Municipal; se a Câmara Municipal tem conhecimento se alguém do anterior executivo foi obrigado a pagar alguma multa (em termos financeiros) ao Tribunal de Contas.

Informou que a Lei n.º 53/2023 inserida no programa "Mais Habitação" veio criar dificuldades às autarquias locais. Disse que queria enaltecer a postura que a Vereadora Liliana Vieira e os serviços de urbanismo da Câmara Municipal tiveram em relação a esse procedimento e que evitou problemas a muitos dos proprietários que têm Alojamento Local em Castelo de Paiva (na área de turismo são mais de 84 unidades).

Concluiu, enaltecendo o 35º aniversário da "Academia de Música de Castelo Paiva", que é uma instituição de referência para todos os Paivenses.

Fls. 349

**O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** usou da palavra para salientar o facto de esta ser a primeira vez que a AM é transmitida em direto, tendo felicitado os técnicos Artur Ferreira, Flávio Cunha e o Afonso Cruz, desejando que façam um bom trabalho, e que isto seja um motivo para que os Paivenses prestem mais atenção à causa pública e à política local. Justificou que estava ali porque faz parte de um grupo independente que se candidatou às eleições em 2021, e que foi eleito para a AM com quatro deputados: ele próprio, a deputada Sílvia Cruz, que hoje não pode estar presente por motivos profissionais (a deputada mais jovem da AM), o Sr. João Vieira, o Sr. Carlos Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Real, eleito pelo MPM, e o Sr. Rodrigo Pereira, que está em substituição da deputada Sílvia Cruz, e que é provavelmente o mais sénior da AM (conseguem conjugar a juventude com alguém de mais idade). Felicitou a Câmara Municipal pela iluminação de Natal e pelo cartaz de boa qualidade que apresentou. Disse que tem estado presente em quase todas as atividades e tem reparado que se optou por uma certa qualidade, até pela beleza com que enfeitaram o largo do Conde. Deu nota que no dia 2 de outubro os deputados eleitos pelo PSD pelo círculo de Aveiro estiveram de visita ao concelho de Castelo de Paiva, pelo que gostava de saber se por parte destes deputados foi feito algum eco na Assembleia da República para pressionarem o Governo, nomeadamente por causa das nossas ligações à A32 e ao IC35, bem como da situação do CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas, que muito os indigna, que continua na mesma depois do infeliz incêndio. Concluiu, solicitando à Vereadora Liliana Vieira um ponto de situação referente famosa “Caixa de Pandora”.  
**A deputada Fátima Strecht (GMPS)** usou da palavra para, tal como fez numa anterior sessão da AM, alertar para a falta de segurança e de policiamento que tem notado, tendo também várias pessoas a contatado sobre o assunto.

Referiu que o executivo de certeza que sabe ainda melhor do que ela que têm ocorrido uma série de assaltos, nomeadamente a residências particulares; a estábulos de animais de onde retiram muitas vezes todos os animais que existem nas cortes; a quintais de onde colhem os produtos hortícolas, muitas vezes semeados ou plantados com esforço e sacrifício, significando uma despesa para os agricultores e para as pessoas que põem com todo o gosto estes produtos nas suas terras; inclusive a uma munícipe a quem retiraram o combustível que se encontrava no carro estacionado no logradouro da sua habitação.

Salientou que se passam às vezes semanas, meses, sem ver agentes da autoridade apeados, ou de carro, a transitar pelas nossas ruas. Disse que não sabe se há falta de efetivos; se não há dinheiro para o combustível para fazerem as rondas, pelo que solicitava um ponto de situação.

Deu nota que ainda continua muita coisa por resolver relativamente aos “CTT – Correios de Portugal”; que é um assunto que se tem agravado para os Paivenses após a privatização destes serviços. Deu o exemplo de uma munícipe de Santa Maria de Sardoura que recebeu a conta da eletricidade para pagar, seria até o dia 5, e recebeu a carta no dia 14 ou 15. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se já voltou a reunir com os “CTT – Correios de Portugal”; se esta situação estará para ser resolvida ou se será para resolver paulatinamente.

Relativamente à ampliação do cemitério de Sobrado, referiu que também já trouxe uma situação à qual pensa que o Sr. Presidente da Câmara terá respondido que não era preciso aquele espaço para a ampliação do cemitério. Disse que se trata de um espaço pertencente a um particular, paredes meias com o cemitério; que não sabe se aquele bocado de terreno, aquela pequena construção vai ali ficar, ou se é vontade da Câmara Municipal, segundo o que ouviu, adquiri-lo e qual o preço, questionou; se já foi eventualmente proferida a declaração de utilidade pública, se vai ser por contrato por celebração de escritura ou por expropriação.

Felicitou o anterior executivo pelo deslindar da situação do edifício “Marmoiral”. Referiu que toda a gente vê com agrado o desenvolvimento, a alegria, a ocupação dos apartamentos, das zonas de habitação e das zonas de comércio e de serviços.

Felicitou também todos os particulares que teimosamente, com a sua ousadia, com a sua vontade de investir no concelho, têm proporcionado o desenvolvimento de Castelo de Paiva, apelando a que neste sentido, neste Natal, se compre no comércio local.

**O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira (GMPSD)**, usou da palavra para manifestar o meu agrado pela informação que recebeu esta semana por parte do empreiteiro do início da obra do caminho da Figueira (irá começar nesta semana ou na próxima).

Solicitou um ponto de situação relativo ao processo dos limites das freguesias.

Questionou se já se realizou mais alguma reunião com a empresa “Simdouro” para se debater os problemas que existem no lugar do Castelo. Concluiu, solicitando uma informação relativa à estrada do Casal à freguesia de Bairros.

**O deputado João Vieira (GMMPPM)** usou da palavra para perguntar para quando é que está prevista a conclusão das obras em Curvite, dado que o ano está a acabar e nem todos tiveram o privilégio de ver os passeios das suas entradas devidamente arranjados, esperando que todos os moradores tenham o mesmo trato.

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara o porquê da principal entrada da Vila estar praticamente ao abandono, dado que quem entra em Castelo de Paiva pelo lado da antiga “Casa do Povo” depara-se com uma rotunda e um jardim abandonados, e que muitas vezes servem para estacionamento de carros. Referiu que se aquela rotunda está fora da jurisdição da Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Câmara pode e deve fazer todos os esforços para que a principal entrada da Vila tenha outra dignidade.



Informou o Sr. Presidente da Câmara que a tão discutida sinalética da Rua Teresa Taveira já apresenta a legenda que na sua opinião faltava, ou seja, Rua Teresa Taveira, Mãe de Santo António. Referiu que é uma denominação simples que resgata a história e a tradição, dado que o nome de Teresa Taveira pode ser desconhecido para a maioria dos visitantes, mas o simples facto de mencionar “Mãe de Santo António” faz toda a diferença. Concluiu, dando os parabéns ao executivo municipal pela iluminação do Natal.

**O deputado José António Rocha (GMPS)** usou da palavra para dizer que se tem assistido a um crescimento de contratos publicitados pelo Município na “Base-Gov”. Disse que nada contra esses contratos, mas parece-lhe que tem havido um crescimento de ajustes diretos, algo que ultimamente se destaca, havendo pelo menos três relacionados com a atual época natalícia: programação cultural de Natal, tenda de Natal e iluminações de Natal, ou seja, um no valor de 15.000,00€, outro no valor de 10.000,00€ e outro no valor de 20.500,00€. Perguntou quanto é que custaram, ou vão custar as festividades natalícias, não querendo pôr em causa a beleza das iluminações. Deu nota que existem vários equipamentos desportivos em condições deficitárias, nomeadamente as piscinas municipais, que estão fechadas, tendo questionado para quando uma mudança no tratamento destes equipamentos.

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD)**, usou da palavra para dizer que a 4 de outubro (parece que já é o segundo ano consecutivo) saiu um comunicado que diz, e citou: “Balanço de 2 anos do mandato de José Rocha e do PSD, muito poucochinho”.

Realçou que se ia focar no que a si diz respeito, porque diz no comunicado, e citou: “... em São Martinho, a falta de saneamento fez pausa nas reclamações e preocupações do Presidente da Junta, Francisco Silva, com a conivência política de José Rocha. Disse que o executivo Municipal demorou um ano a reunir com a “Simdouro” para dar sequência ao assunto.

Um desleixo inaceitável.” Disse que é isto o que diz o comunicado em relação ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho.

Referiu que mais uma vez o PS de Castelo de Paiva e os seus dirigentes implicaram com o Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho; que ao contrário do que foi dito o saneamento em S. Martinho não fez pausa, muito pelo contrário, arrancou e já está em andamento, ao contrário do que o PS tinha garantido, ou seja, que ficava concluído até Dezembro de 2021 e nada foi feito, designadamente relativamente às fossas da Adróia, que isso sim, é um desleixo inaceitável, mentir, enganar, e aí sim, tinha vergonha.

Referiu também que já está habituado ao modo de fazer política do PS, e que os seus membros conseguem ir beber informação a redes sociais de perfis falsos, a não ser que sejam as mesmas pessoas.

Concluiu, referindo que agora tudo que se faça em Castelo de Paiva com valor foi o Governo, ou o executivo anterior que fez; o que for menos positivo foi feito pelo atual executivo, tendo pedido para que sejam razoáveis e o deixem em paz, porque foi eleito para defender os interesses da freguesia de S. Martinho e vai continuar a fazê-lo.

**O deputado Rodrigo Pereira (GMMPM)** usou da palavra para, referindo-se à intervenção do deputado João Vieira (GMMPM), agradecer-lhe em seu nome pessoal, e em nome do MPM, a benemérita oferta que fez da placa toponímica. Disse que é pena que seja necessário que um cidadão se lembre de comparticipar com uma placa, quando a obrigação é da Câmara Municipal, sendo que apesar de tudo é sempre uma oferta que ficará registada, quanto mais não seja, aqui na Assembleia Municipal.

Alertou a Câmara Municipal para situações que já tem alertado relativamente ao saneamento. Referiu que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho dá a entender que a obra está a andar, e acredita nisso, é muito bom que isso aconteça, mas só é pena que em Bairros, por exemplo, não tenham saneamento (só a parte alta da freguesia é que tem saneamento). Referiu que mesmo nessa parte, praticamente todas as



semanas vêm-se detritos a sair na estrada que vai do lugar de Carreiros para Gração, e o resto da freguesia não tem saneamento.

Deu nota que há uma situação que também é conveniente que a Câmara Municipal, através da UF de Sobrado e Bairros, tome em atenção, que tem a ver com o parque de jogos da Soalheira (já alertou várias vezes). Referiu que aquele equipamento está uma miséria; tem cada vez mais lixo acumulado e até carros abandonados lá estão. Disse que a Câmara Municipal tem obrigação de zelar por aquele equipamento, porque aquilo é uma vergonha para quem vê aquele espetáculo.

Deu também nota que a estrada que liga Gração a Bairros está em bastante mau estado. Alertou novamente que esta rua continua denominada Rua Dr. João Salema, cuja denominação foi alterada por deliberação de uma Comissão e passou a chamar-se Rua Manuel Carvalho Pereira, alteração com a qual não concorda, ou seja, continua a ter a placa junto às “alminhas” com a denominação Dr. João Salema, algo que tem se ser alterado.

Concluiu, deixando uma palavra de reconhecimento ao executivo pela iluminação de Natal.

**O deputado Ângelo Fernandes (GMPS)** usou da palavra para se referir à entrada do bairro de S. José, dizendo que está lastimável, e pedindo ao Sr. Presidente da Câmara que lhe desse prioridade; que o plátano excede os limites de segurança, é uma árvore que cresceu sempre descontrolada, ninguém teve o cuidado de fazer a poda, pelo que a Câmara Municipal deve olhar com urgência para esse assunto.

Deu nota que há muitas águas que vêm descontroladas pela encosta abaixo a montante do depósito R3 e da pista da Serrinha, vindo dar à Rua da Serrinha e em direção à EN222. Disse que o problema é que há muitos aquedutos que eram limpos, mas que alguém voltava a tapar, o que fazia com que não houvesse dissipaçāo das águas, pelo que é a própria estrada que faz de sarjeta das águas; que as águas que vêm das escombeiras vão parar à EN 222, pelo que há duas casas em que para lá entrar só de

galochas, porque a água é muita (muro e portão das casas é a sargeta das águas). Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que melhore aquele troço de cerca 30/40 metros.

Agradeceu à população da Póvoa, porque fizeram umas obras na capela e na casa do cenáculo, uma obra muito dispendiosa, mas que graças à população e aos patrocínios se conseguiu minimizar esses custos. Disse que esperam uma ajuda na Câmara Municipal, porque aquele equipamento está um bocadinho degradado, tenho já a promessa que sendo possível haverá uma ajuda, o que agradeceu.

Concluiu, agradecendo o convite que recebeu para o jantar de Natal da Câmara Municipal.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para manifestar a preocupação do GMPSD com a “ELH - Estratégia Local de Habitação”. Disse que em tempos correram por aí umas maquetes relativamente a esta matéria no lugar do Choupelo, pelo que solicitava ao Sr. Presidente da Câmara o ponto de situação deste assunto.

Deu nota que também os preocupa a inexistência de iluminação na já aqui falada nova ponte, não há uma lâmpada que seja para a iluminar, pelo que é premente que o executivo diligencie junto da “Infraestruturas de Portugal” ou da “E-redes” para que ponham termo a essa situação; que também os preocupa, e certamente aos Paivenses, o desperdício de água que existe no concelho. Referiu que é necessário adotar uma estratégia cabal para pôr termo a este tipo de situações; que chega de sermos o concelho com maior número de desperdício de água, pelo que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que se foque neste assunto, para que se consiga de uma vez por todas reduzir significativamente esse desperdício.

Referindo-se ao caminho do Bacelo, em Santa Maria de Sardoura, disse que está com muito má aparência, os moradores da zona apresentaram-lhes queixas devido à deterioração do pavimento, pelo que solicitava que se intervenha e se dê uma boa qualidade àqueles moradores no acesso ás suas casas.

Referiu que ficam satisfeitos por saber que o deputado José António Rocha (GMPS) leu o relatório do estado dos equipamentos que teve a oportunidade de entregar ao líder da bancada do PS numa das anteriores AM. Referiu que o relatório demonstra que esses equipamentos foram deixados ao abandono durante 12 anos, pelo que ainda bem que efetivamente reconhecem que eles estão numa forma deficitária e que não oferecem sequer condições para que os municíipes possam usufruir deles, tal como na altura teve a oportunidade de ler alguns pontos e de mostrar fotografias; que é clamoroso ver o estado a que deixaram chegar aqueles equipamentos que não são deles (deputados AM), mas sim de todos os Paivenses.

Salientou que não são só esses equipamentos, é aquilo que não se fez e deveria ter sido feito no que tange ao saneamento. Disse que todos sabem da extrema necessidade que é o saneamento, mas que durante 12 anos pouco ou quase nada se fez nesta matéria.

Deu os parabéns relativamente à eliminação do Natal, não só pela sua beleza, mas por ter sido estendida a outras artérias da Vila independentemente daquilo que se possa gastar.

Deu também os parabéns ao executivo pelo jantar de Natal, que à semelhança do ano passado estava fantástico.

**A deputada Giselda Neves (GMPS)** usou da palavra para dizer que se realizou a pedido do GMPS uma AM extraordinária sobre a educação, e nela tiveram conhecimento da nova Carta Educativa, designadamente de algumas premissas para a sua elaboração. Disse que a empresa que efetuou a revisão esteve presente nessa sessão, e foi referido que ainda havia a possibilidade de fazer alguns acertos, pelo que solicitava um ponto da situação relativo a esse assunto.

Referindo-se à antiga escola EB2/3, disse que tem conhecimento que a sua designação passou para EB1 de Sobrado, o que significa que aquele ativo passou para a alçada da Câmara Municipal. Referiu que teve promessas de remodelação para o ano de 2021/2022, e que a conclusão dessa

remodelação aconteceria neste mandato, sendo que até agora não se têm verificado progressos nessa obra. Disse que têm tido algumas justificações, nomeadamente do Sr. Presidente da Câmara, porque tanto quanto se julga saber há 1.000.000,00€ que transitou temporariamente para a autarquia de Lousada; que consta na página 44 das GOP's para 2024 a requalificação da EB1 de Sobrado, pelo que questionava o Sr. Presidente da Câmara qual é o valor que foi lançado o concurso que ficou deserto.

Deu nota que atendendo à inflação, está inscrito no novo orçamento, página 36, o montante de cerca de 1.400.000,00€ para a educação, tendo perguntado se esse é o valor para a requalificação da EB1 do Sobrado; que uma vez que faz parte das GOP's, e tendo em conta que há apenas essa verba de 1.400.000,00€, questionava se anteriormente a obra ficou deserta por um determinado valor, se este valor é suficiente.

Referindo-se ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, referiu que é uma aposta deste executivo, fazia parte do seu programa eleitoral e tem feito parte das suas GOP's, incrementar o turismo no concelho.

Defendeu que o turismo é de modas, mas ou acompanham a moda ou não têm turistas, sendo que o turismo de natureza é uma grande aposta para todos os concelhos, pelo que este percurso pedestre seria uma aposta bastante interessante, mas está parado, tendo perguntado o que é que se passa e qual é a forma de desbloquear este assunto. Referiu que os miradouros, que são extremamente interessantes, estão a precisar de manutenção.

Concluiu este assunto, referindo que concorde-se, ou não, têm de zelar pelos programas anteriores e não desperdiçar dinheiro.

Agradeceu à “Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva” e ao grupo de catequistas e grupo da catequese do primeiro ano de Sobrado, que resolveram presentear a “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva” com uma série de brinquedos que vão distribuir pelas crianças.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** usou da palavra para solicitar ao Sr. Presidente da AM a utilização de mais um minuto para além do seu tempo disponível, de modo a poder prestar contas das funções que desempenha em nome da AM no “Conselho da Comunidade do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, tendo este pedido sido autorizado.

Informou que decorreu no passado dia 14 de dezembro o último Conselho à Comunidade, porque a partir do dia 31 de dezembro o “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul” que incorporava Castelo de Paiva, Penafiel e Paredes deixará de existir, e passarão a existir as “ULS – Unidades Locais de Saúde”. Referiu que Castelo Paiva vai fazer parte da “ULS - Unidade de Saúde local do Tâmega e Sousa”, juntamente com mais dez municípios.

Deu nota que neste último “Conselho da Comunidade do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul” foi feito um balanço dos últimos dois anos relativamente à evolução do estado da saúde nestes três concelhos (fará chegar o documento à Mesa da AM para ser distribuído pelos restantes colegas), tendo ficado claro que Castelo de Paiva teve uma evolução positiva por várias questões, sendo que a maior delas foi a concretização da “UCC - Unidade de Cuidados à Comunidade”, algo que reclamavam desde o início do mandato, porque Paredes e Penafiel tinha essa valência e achavam que Castelo Paiva estava a ser desconsiderado em relação aos outros Municípios. Referiu que já iam reclamar porque é que as consultas de cardiopneumologia ainda só tinham começado em Penafiel e Paredes, e antes de reclamar foi-lhes dito que essas consultas vão começar em janeiro em Castelo de Paiva, pelo que os Paivenses já vão deixar de precisar de se deslocar para Penafiel para fazer essa consulta, sendo que o Município vai colaborar nos transportes.

Concluiu este assunto, referindo que eram aqueles dois pontos que queria ressalvar, esperando ter representado bem a AM.

Deu os parabéns ao executivo pela iluminação de Natal, mas acima de tudo pela programação de Natal, porque permite a muitas pessoas do nosso concelho terem acesso a coisas que de outra forma não conseguem, como por exemplo ir ao cinema. Referiu que os custos são outra questão, porque normalmente diz-se sempre que quando as coisas são bem feitas e para bem das pessoas não são custos, são investimentos.

Deu nota que na AM de 21 de abril 2023, o deputado Manuel Mendes (GMPS) referiu que “havia um elefante na sala que toda a gente via, mas que só ele é que via”, e outras considerações que fez relativamente a essa matéria, nomeadamente perguntando ao Sr. Vice-Presidente da Câmara se tinha condições para continuar no exercício das suas funções; que fez inclusive insinuações infelizes que presume tenham sido por iniciativa dele, que não tenha sido alguém que lhe tenha pedido para fazer essas insinuações, e citou: “... que dentro da estrutura partidária em funções há quem esfregue as mãos no que vê aqui uma oportunidade de progressão.” Referiu que as insinuações ficam sempre com quem as faz e mostram muito de quem as faz, garantindo a todos que o PSD, e os deputados da bancada do PSD, não recebem lições de moral de ninguém, muito menos do deputado Manuel Mendes (GMPS), que disse também à data “à política o que é da política, à justiça o que é da justiça”, mas o que assistiram não foi isso, muito pelo contrário, porque se “à política o que é da política, à justiça o que é da justiça”, teriam continuado a ver todas as pessoas nas Assembleias Municipais e nas Assembleias de Freguesia, e não tinham deixado de as ver; se fosse “à política o que é da política, à justiça o que é da justiça”, não se tinham feito insinuações insultuosas e infelizes em relação ao Sr. Vice-Presidente da Câmara; se “à política o que é da política, à justiça o que é da justiça”, não era só no ano de 2023: tinha sido ver o deputado Manuel Mendes (GMPS) com as mesmas funções que tinha no mandato anterior, vir questionar o anterior Presidente da Câmara se tinha, ou não tinha, confiança no seu Vereador, e se o Sr. Vereador tinha, ou não

tinha, confiança para continuar em funções depois da acusação de que foi alvo.

Salientou que aqui chegados, o Sr. Vice-Presidente da Câmara com a seriedade, honestidade e humildade que o caracterizam, defendeu-se das acusações de que era alvo, sem fugir, sem pagar injunções, sem dizer que ir ao Tribunal é muito cansativo, mas sempre com a certeza da sua inocência, tendo sido absolvido de todas as acusações. Disse que como todas as decisões, a decisão de absolvição do Sr. Vice-Presidente da Câmara é alvo de recurso, mas esta primeira decisão mostra claramente que ele fez sempre tudo em prol das populações.

**O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS),** usou da palavra para, referindo-se à medida “Transporte a Pedido” anunciada pelo Sr. Presidente da Câmara, perguntar se já há um ponto de início para o transporte; quais são os pontos que foram identificados, e quem os identificou, na freguesia de Santa Maria de Sardoura. Disse que é uma iniciativa importante que irá ajudar a população. Solicitou o ponto de situação do processo referente aos limites das freguesias, atendendo a que este processo já se arrasta há mais de um ano e está a causar transtornos a parte da população (levou este assunto há um ano à Assembleia de Freguesia).

Referindo-se a um grupo de trabalho dos transportes, no âmbito do qual esteve presente numa das reuniões, disse que foi reivindicada a melhoria dos transportes, principalmente pelos populares do Couto Mineiro do Pejão, pelo que gostaria de saber se há algum desenvolvimento, algum reforço de linha no âmbito dos transportes públicos no concelho.

Solicitou um ponto de situação da conclusão da ligação da EN222 a Canedo.

Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPSD) sobre a Rua do Bacelo, disse que de um conjunto de obras que foram solicitadas pela Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura à Câmara Municipal no ano de 2022 e 2023, que ao nível de pavimentações contemplava no

mínimo seis, até à data de hoje estão concluídas duas, tendo questionado se para além dos concursos que foram agora lançados, há uma previsão para o lançamento de novo concurso público com mais empreitadas para a sua Junta de Freguesia, atendendo a que lhes foram prometidas ao longo destes dois anos mais empreitadas do que as que foram concluídas.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que a razoabilidade é perceber o normal funcionamento da democracia, e perceber que o atual executivo está em funções há 26 meses; que os partidos políticos fazem as suas análises políticas partidárias em sede própria com manifestos e com comunicados; que neste órgão debatem os interesses dos municípios.

Referiu que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva (GMPSD), deverá focar-se mais no trabalho do atual executivo e no funcionamento do seu partido.

Relativamente ao álbum fotográfico que receberam, questionou o deputado Carlos Trindade (GMPSD) se se esqueceu que está há 26 meses em funções; o que é que tem sido feito nesta matéria.

Referiu que tal como disse o referido deputado, sem dinheiro não podem ter coisas feitas: quando o PS entrou em funções, sem dinheiro, não havia nenhuma ETAR, deixaram três; não havia tratamento de esgotos em Sobrado, essa situação foi remediada.

Solicitou um ponto de situação da ação administrativa instaurada pela funcionária Marlene Martins contra o Município?

Deu nota que a Assembleia Municipal deliberou por maioria em 21 de abril deste ano, apesar de ter voto contra do PSD, aprovar uma recomendação à Câmara Municipal para que ponderasse e concretizasse os seus direitos sobre as propriedades a que se reporta a escritura de compra e venda de 14 fevereiro 2023, celebrada no Cartório de Castelo de Paiva, cuja cópia de anexou à ata.

Recordava que os terrenos em causa têm capacidade construtiva máxima, estão localizados no coração da Vila de Sobrado e poderiam, e deveriam,

ser integrados na “ELH - Estratégia Local de Habitação”, tendo em vista sobretudo os Paivenses mais carenciados em termos habitacionais.

Lembrava, como consta da escritura, que a empresa compradora adquiriu esses terrenos para revenda, tendo solicitado um ponto de situação deste assunto e questionado se a Câmara Municipal fez alguma diligência no sentido de dar seguimento à recomendação; em que data é que o Sr. Presidente da Câmara levou este assunto à Câmara Municipal para discussão e o que é que ficou decidido.

Referindo-se à comunicação do Município, disse que apesar de ser recorrente encontrar lapsos e gralhas linguísticas e gramaticais, foi divulgado nas redes sociais do Município que o feriado do dia 5 de outubro seria feriado municipal; que relativamente à agenda cultural, existem também gralhas semelhantes, por exemplo, o anexo não corresponder à semana em questão, algo que é recorrente, tal como a comunicação com o exterior não corresponder com algum dos conteúdos.

Sobre a questão da deputada Vanessa Pereira (GMP PSD) dizer que não recebe moralismos de ninguém em matéria de julgamentos políticos, referiu que fizeram as questões normais para situações deste género. Disse que não julgam ninguém na praça pública; não pediram a demissão de ninguém; não espalham panfletos, seja às claras, seja na penumbra da noite; julgam com clareza e de forma democrática.

Referiu que o PSD está agora aparentemente solidário com o Sr. Vice-Presidente da Câmara após a decisão judicial, tendo questionado onde é que estavam nas sessões de julgamento; onde estava a solidariedade do PSD enquanto o Sr. Vice-Presidente da Câmara se sentava no banco dos réus; onde é que estavam os restantes membros efetivos do executivo municipal. Disse que era suposto que a estrutura autarca e partidária do PSD estivesse honestamente feliz com o desfecho deste processo, mas se calhar não está: não marcaram presença na sessão de julgamento; consta-se que algumas aspirações políticas foram travadas com esta situação, tendo questionado o que aconteceria se o Sr. Vice-Presidente da Câmara perdesse

o mandato; quem assumiria as funções de Vice-Presidente da Câmara; quem é que assumia as funções de Vereador.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** interveio novamente para dizer que gostaria que o deputado Manuel Mendes (GMPS) concretizasse quem é que ficou desiludido; que tem que por uma vez por todas de ter a coragem de pôr o nome nas coisas, se é que tem essa coragem, caso contrário deve repensar o que é que está a fazer na AM.

Referiu que a solidariedade não se faz estando presente a assistir ao julgamento, faz-se com a defesa da honra de uma pessoa que a tem, e o Sr. Vice-Presidente da Câmara sabe bem a solidariedade que o executivo teve com ele, que todas as pessoas tiveram com ele: foram centenas as pessoas que tiveram solidariedade para com ele, pelo que não adianta vir para a AM tentar baralhar e tentar criar confusão.

Concluiu, reiterando que gostava que o deputado Manuel Mendes (GMPS) tivesse a coragem de pôr o nome nas coisas, porque se não a tiver deve repensar em fazer essas insinuações.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às várias questões que lhe foram colocadas.

Referindo-se à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), agradeceu as palavras que este dirigiu à Câmara Municipal acerca da iluminação de Natal, tal como fizeram vários deputados da AM a quem também agradeceu.

Disse que há um esforço para que as pessoas visitem o concelho, promovendo o turismo, e que as pessoas de Castelo de Paiva tenham a mesma qualidade de espetáculos culturais que se encontra nos grandes centros urbanos. Referiu que é necessário gastar algum dinheiro, mas as coisas têm acontecido, tem havido uma grande adesão.

Em relação à questão da locomotiva, confirmou que está num espaço que pertence à UF da Raiva, Pedorido e Paraíso. Disse que há a possibilidade de colocar a iluminação se a União de Freguesias concordar fazê-lo em colaboração com a Câmara Municipal.

Relativamente ao processo judicial interposto pela empresa “BLCK, Lda.”, informou que se trata de um processo relativo ao pagamento de licenças que esta efetuou à Câmara Municipal. Referiu que empresa em questão acredita que essas licenças não são devidas, apesar disso fez o pagamento e, entretanto, entrou com uma ação no Tribunal Administrativo contra o Município, estando a aguardar serenamente uma decisão daquele Tribunal. Concluiu, referindo que é da opinião que as licenças e as verbas que foram cobradas são devidas ao Município.

Quanto ao processo do Ministério Público, respondeu que se trata de um pedido daquela entidade de anulação de uma licença de construção de uma habitação unifamiliar.

Relativamente a vários processos interpostos em tribunal acerca da revisão do “PDM – Plano Diretor Municipal”, esclareceu que houve alguns proprietários que pela classificação, ou desclassificação, dos solos aquando da aprovação daquele plano ainda pelo anterior executivo, se sentiram de alguma forma lesados e entraram com uma ação contra o Município para reverter essa decisão ou obter indeminização se a decisão não for revertida. Em relação ao separador central da ponte de Entre-os-Rios, referiu que o executivo irá contactar a “Infraestruturas de Portugal” que é quem tem a gestão daquela infraestrutura. Disse que desconheciam que havia essa possibilidade, mas irão falar com a empresa para perceber o que é que se poderá fazer até por questões de segurança.

Relativamente ao documento, ou resumo, que foi feito acerca da Quinta da Boavista, informou que na passada sexta-feira teve oportunidade de falar com os Senhores Vereadores sobre o assunto. Disse que já houve duas reuniões que foram desmarcadas pelo facto de o Sr. Vereador não poder estar presente, tendo já falado com os Senhores Vereadores para que no final da reunião de Câmara do dia 22 deste mês se possa analisar esse documento/resumo.

Em relação ao Tribunal de Contas, respondeu que as recomendações foram cumpridas, ou seja, foi dada a resposta ao Tribunal no prazo de 180 dias que tinha sido dado.

Relativamente à questão de saber se alguém do anterior executivo teve que pagar alguma coisa, ou não, referiu que não lhe cabe a si responder, porque trata-se de um assunto pessoal das pessoas em causa.

Referindo-se à intervenção do deputado Jorge Quintas (GMMPPM), referiu que em relação à visita dos Senhores Deputados do PSD ao Município de Castelo de Paiva, que tanto recebem os deputados do PSD, como os deputados do PS ou de outro grupo da Assembleia da República que queiram visitar o concelho. Informou que foi abordada a questão do funcionamento do Centro de Saúde, bem como as questões relativas à construção do IC35, da conclusão da Variante à EN222, bem como a questão do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, que é uma prioridade.

Referindo-se à intervenção da deputada Fátima Strecht (GMPS), disse que na parte relativa à falta de segurança, que acha que todos vão vendo a “GNR – Guarda Nacional Republicana” a fazer as suas rondas, mas infelizmente existe sempre alguma criminalidade, sendo que Castelo de Paiva não é dos Municípios que se encontram no ranking daqueles com maior índice de criminalidade.

Informou que nas conversas que tem tido como o Sr. Comandante da “GNR – Guarda Nacional Republicana”, este tem-lhe dito que neste momento o efetivo encontra-se praticamente completo; que tem, salvo erro, três viaturas a fazer rondas pelo concelho (neste fim-de-semana estiveram mais de 20 militares a fazer ações de fiscalização na rotunda da Cruz da Carreira e na rotunda das Lavagueiras).

Agradeceu à “GNR – Guarda Nacional Republicana” de Castelo de Paiva todo o trabalho que tem desenvolvido em prol dos Paivenses.

Em relação aos “CTT – Correios de Portugal”, informou que tiveram recentemente uma reunião na qual também estiveram presentes os Senhores

Presidentes de Junta de Freguesia, o Sr. Diretor-Regional dos “CTT – Correios de Portugal” e o chefe da estação de correios de Castelo de Paiva. Deu nota que voltaram a referir a necessidade de resolver as questões mencionadas pela deputada Fátima Strecht (GMPS), até porque a maioria das placas de topónima estão colocadas e os municíipes levantaram os seus números de porta, pelo que o que se quer é que as cartas sejam colocadas onde devem ser colocadas, ou seja, nos marcos do correio que cada pessoa tem à sua porta. Disse que se é uma questão de falta de trabalhadores os “CTT – Correios de Portugal” têm sempre a possibilidade de reforçar o seu pessoal, mas têm que entregar a correspondência a tempo e horas.

Em relação às obras do cemitério de Sobrado, respondeu que ainda vai tendo boa memória: o que a deputada Fátima Strecht (GMPS) o questionou foi o porquê de as obras estarem paradas, e que se dizia na rua que era por causa do edifício que ali se encontra, tendo respondido na altura que esse edifício, e esse terreno, não têm a ver com a razão da paragem das obras do cemitério, porque esse terreno não faz parte da primeira fase da obra.

Informou que foi presente na última reunião de Câmara um pedido para se iniciar o processo de expropriação daquele edifício, sendo que num processo de expropriação nunca se sabe qual é o valor que poderá vir a ser determinado; que a avaliação que o Município tinha, e que também já vinha do anterior executivo, cifrava-se em cerca de 8.000,00€, sendo que os proprietários não aceitam esse valor; que, entretanto, foi solicitado na última reunião de Câmara que se fizesse mais uma abordagem aos proprietários, sendo que a indicação que deram é que não têm a intenção de vender, pelo que vão avançar com a expropriação; que vão avançar com a segunda fase da obra e já conseguiram chegar a acordo com o proprietário do terreno que se encontra ao lado desse edifício para conseguirem fazer a junção de toda aquela área e dar-lhe outra apresentação; que infelizmente tem havido muita procura de sepulturas e o cemitério de Sobrado já se encontra sobrelotado, pelo que nesta segunda fase da obra, além das cerca de 200 sepulturas existentes, serão construídas mais 70, para que por



Fls. 358

muitos e longos anos não seja necessária mais nenhuma ampliação do cemitério.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, Carlos Moreira (GMPSD), esclareceu que o processo referente aos limites das freguesias está concluído, tendo no dia de hoje emitido despacho para ser presente à reunião de Câmara do próximo dia 22 de dezembro.

Em relação ao saneamento, informou que têm estado em conversações com a “Simdouro”, tendo já atingido alguns pontos de entendimento para a ampliação da ligação de saneamento em Castelo de Paiva. Disse que relativamente às obras no Casal, a “Simdouro” ficou de dar uma resposta acerca da necessidade de ligar a alta até à freguesia de Bairros, sendo que será um princípio da Câmara Municipal fazer essas ligações; que têm estado a tratar com a “Simdouro” a questão das ligações à ETAR de Oliveira Reguengo, apanhando toda a baixa de S. Martinho e de Sardoura; que irão também fazer o aumento da rede em Real, que é uma zona problemática, tal como tem sido solicitado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, estando a guardar pelos fundos comunitários que se podem associar a esse investimento.

Referindo-se à intervenção do deputado João Vieira (GMMPPM), informou que os passeios não estavam contemplados na obra em Curvite, tal como como não estavam previstos os anteriores que estavam dentro do perímetro projetado pelo anterior executivo. Lembrava que houve uma série de correções ao projeto da zona envolvente ao bairro de Curvite, e que a parte dos lotes que foram vendidos a particulares não estava projetada para a intervenção, pelo que irá se analisar a situação.

Em relação à entrada da Vila, respondeu que o estado da rotunda também não o satisfaz, tendo o executivo em permanência já pedido autorização à “Infraestruturas de Portugal” para intervir naquela área.

Relativamente à legenda da placa da Rua Teresa Taveira, agradeceu ao deputado João Vieira (GMMPPM) tê-la colocado, e como disse na anterior AM faz questão de a apagar.

Referindo-se à intervenção do deputado José António Rocha (GMPS) em relação aos equipamentos desportivos, referiu que todos tiveram a oportunidade de receber o relatório que demonstra que todos os equipamentos desportivos, sem exceção, estão num estado avançado de deterioração: o pavilhão gimnodesportivo ainda tem o telhado em amianto quando houve fundos comunitários financiados a 100% para a sua remoção, ou seja, às vezes não é a questão do havia dinheiro, ou não havia dinheiro, mas sim uma questão da oportunidade, porque as oportunidades às vezes passam e não se aproveitam.

Referiu que a piscina municipal está encerrada porque a tubagem está podre; o desumidificador não funciona; o equipamento de aquecimento não funciona; não há sistema de controlo da legionella na água do tanque; semana sim, semana não, a água encontrava-se com valores irregulares, o que obrigava ao encerramento daquele equipamento; o tanque não funcionava nas melhores condições. Agradeceu a todos os funcionários que trabalham naquele equipamento que, nesta fase em que se encontra encerrado, fizeram a limpeza, a pintura e trabalhos de conservação, para que no início de janeiro possam lançar um procedimento para a requalificação de todos os equipamentos da piscina para que esta possa reabrir até ao final do primeiro semestre de 2024. Referiu que não estando garantidas todas as condições de segurança para os utilizadores e para os funcionários, foi opção do executivo encerrá-la.

Referiu que em relação ao pavilhão gimnodesportivo, já se contratou uma empresa para fazer o projeto de arquitetura e especialidades para a sua reabilitação; que têm estado a fazer a análise aos outros equipamentos e que, por exemplo, só a substituição da cobertura do pavilhão do Couto Mineiro está orçamentada em cerca de 190.000,00€, porque sempre que chove tem que se encerrar o pavilhão por falta de condições para a prática



Fls. 359

desportiva. Referiu também que toda a gente sabe o estado em que se encontra a piscina do Castelo, pelo que estão apenas a aguardar os pareceres da “APA – Agência Portuguesa do Ambiente” para ali fazer uma intervenção que também irá ter em conta o fator turístico.

Sobre os ajustes diretos, respondeu que é investimento para dar dignidade ao festejo do Natal. Disse que o Mercadinho de Natal acaba por trazer outra alegria, outra dinâmica aos comerciantes e trazer mais pessoas à Vila de Castelo de Paiva.

Referindo-se à intervenção do deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM), informou que estão a tratar da questão do saneamento em Bairros, até porque irão avançar com os projetos para a construção das casas de habitação social na Feitoria e também pretendem reformular toda aquela zona para que lhe possam dar cobertura de saneamento.

Informou que o polidesportivo da Soalheira não está entregue a nenhuma comissão de festas, foi sim cedido em regime de direito de superfície à “Associação Desportiva e Cultural de Bairros”. Disse que solicitou a elaboração de um relatório à fiscalização municipal relativo ao estado desse e outros equipamentos em idêntica situação, para verificar se há a possibilidade de reverter essas cedências, porque há outros equipamentos que não têm a utilização que deveriam ter.

Em relação à rua João Salema, informou que na base de dados da toponímia a rua continua com aquela denominação.

Deu nota que o projeto já estará em fase de conclusão e que estão a tentar juntamente com uma entidade que é proprietária de alguns terrenos confinantes fazer o alargamento daquela rua, dado que se trata de uma rua onde circulam os autocarros dos transportes escolares, pelo que é uma das obras com que contam avançar ainda durante o ano de 2023.

Referindo-se à intervenção do deputado Ângelo Fernandes (GMPG), referiu que em relação à entrada do bairro de S. José, a obra já está adjudicada, presumindo que esteja concluída em janeiro/fevereiro.



Relativamente às águas pluviais, respondeu que ele e o Sr. Vice-Presidente da Câmara têm conhecimento da situação, reconhecendo a necessidade de intervir nesses 30 a 40 metros.

Quanto à poda do plátano, respondeu que é uma árvore de grandes dimensões, pelo que terá que ser uma equipa especializada em podas em altura a intervir. Disse que já fizeram alguma poda e abate de árvores no Choupal em conformidade com um relatório que foi elaborado pela “Associação Florestal do Vale do Sousa”.

Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPSD), informou que o processo do bairro do Choupelo já tinha sido adjudicado a uma equipa de arquitetura pela anterior executivo; que ocorreu uma situação com uma linha de água que foi verificada pelos técnicos da “APA – Agência Portuguesa do Ambiente” (acompanhou-os ao local) juntamente com o técnico que está a elaborar o projeto, sendo que conseguiram chegar a um consenso; que, entretanto, o responsável pelo projeto entregou no final do mês transato os projetos de especialidades para serem submetidos ao “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” para obtenção do termo de aceitação.

Em relação à falta de iluminação na ponte de Entre-os-Rios, informou que já comunicaram por diversas vezes à “E-Redes”, e vão continuar a comunicar, porque tem havido várias pessoas a alertar para essa situação.

Relativamente às perdas de água, respondeu que as têm conseguido reduzir, mas não ainda na percentagem ou na quantidade que pretendiam. Referiu que o concelho tem cerca de 130km de condutas de água, muitas delas já com bastantes anos, pelo que algumas já deveriam ter sido trocadas, algo que tem sido feito. Informou que já fizeram um estudo e irão colocar, salvo erro, 30 “ZMC” (zonas de monitorização e controlo) e contadores nas entradas e saídas dos depósitos, para que mais facilmente consigam saber quais são os ramais que têm maior desperdício, porque muitas vezes não é só a água que sai à superfície que os preocupa, muitas vezes há fugas de água em que esta corre para o subsolo sem que se apercebam que há ali



uma rotura; que irão fazer um estudo experimental no âmbito da telemetria, através da qual conseguem saber quase ao minuto qual é o consumo de água num determinado local para que se possa fazer de imediato as intervenções necessárias.

Quanto ao caminho do Bacelo, referiu que é um dos caminhos que já está assinalado, pelo que os serviços estão a fazer os trabalhos de levantamento para se fazer o procedimento.

Referindo-se à intervenção da deputada Giselda Neves (GMPS), informou que Carta Educativa está na “DGESTE” para emissão de parecer. Disse que esta entidade tem colocado algumas questões ao Município e à equipa que acompanhou o processo de revisão, pelo que teve a oportunidade de estar reunido com o Sr. Delegado da “DGESTE” para falar deste assunto e, principalmente, do assunto respeitante à antiga EB2/3, à qual foi dado um novo código para uma EB1, sem que a Câmara Municipal detenha ainda a sua titularidade e sem que a própria “DGESTE” saiba em que Ministério está inserida, presumindo aquela entidade que o edifício faz parte da propriedade da “Parque Escolar”. Disse que o Sr. Delegado da “DGESTE” está atento e ficou de contactar o Ministério da Educação e a “Parque Escolar” para pedir mais esclarecimentos, porque falta resolver essa situação, ou seja, é necessário que o edifício passe para o nome de Município para que possam avançar com o projeto de requalificação. Informou que no concurso que ficou deserto o montante do projeto era de 1.800.000,00€ e que a rubrica que foi criada é outra rubrica que diz respeito à educação, até porque estão a falar de fundos comunitários, e quando o projeto é inserido na plataforma é-lhes dado um termo de aceitação pela autoridade de gestão e, mediante a confirmação do financiamento, essa verba é inserida na rubrica que está aberta para que se possa fazer a obra.

Referiu que a última projeção que houve com a integração das medidas de eficiência energética e aquecimento; do pavilhão (não estava previsto); a questão das zonas cobertas, que estão agora previstas no projeto, aponta



para um valor de cerca de 2.200.000,00€, que terá de ser reavaliado, porque é um projeto que está concluído desde janeiro/fevereiro de 2022.

Em relação ao percurso pedestre “Viver o Payva D’ouro”, referiu que a Câmara Municipal entrou com um processo de expropriação que ditou que o Município depositasse o montante de 160.000,00€ numa conta em nome do Tribunal, tendo o Município recorrido, estando a aguardar a decisão final. Referiu que, entretanto, foi feita a limpeza do percurso e que irão avançar com o processo, sendo que os serviços já informaram que há outros terrenos por onde estava programado passar o percurso que também não são propriedade do Município, pelo que há que acautelar todas as situações para no caso de haver a necessidade de se efetuar uma negociação com os privados não estarem a fazer investimentos em terrenos que não são públicos e serem alvo de processos judiciais e terem de iniciar um processo de expropriação. Informou que a indicação que tem do mandatário do Município é a de que haverá uma redução significativa do valor final a pagar.

Associou-se ao agradecimento que a deputada Giselda Neves (GMPS) fez aos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva. Informou que quando foi questionado pela Associação sobre qual seria a entidade a quem poderiam fazer a entrega dos brinquedos, indicou a “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens” pelo trabalho que tem desenvolvido em prol das crianças.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, Ricardo Cardoso (GMPS), respondeu que relativamente ao “Transporte a Pedido”, já tiveram duas reuniões com a equipa técnica da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, tendo informado que está programado para que se inicie no início do próximo ano. Referiu que lhes foi enviada uma programação de um levantamento feito pelos técnicos daquela entidade das paragens existentes em todas as freguesias, e que esse documento foi enviado para os serviços para que se possam pronunciar; que, posteriormente, serão chamados todos

os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia onde está programado o “Transporte a Pedido” para que possam dar o seu contributo para a reunião final a realizar; que, entretanto, realizaram uma reunião para apresentação da medida às empresas de transporte, aos taxistas e às IPSS que trabalham no Município de Castelo de Paiva.

Em relação ao grupo de trabalho dos transportes, informou que houve um concurso público para os transportes públicos da região do Tâmega e Sousa, uma vez que a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” é a autoridade de gestão do Município nesta área. Referiu que este grupo de trabalho que surgiu da Assembleia de Freguesia da Raiva, Pedorido e Paraíso já realizou em reunião na “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, onde foi abordada a questão dos horários e a questão do aumento da oferta, sendo que no Tâmega e Sousa os novos transportes apenas irão funcionar em agosto, ao contrário do que acontece na Área Metropolitana. Disse que houve dois ou três horários que foram sugeridos à “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” para que se fizesse essa alteração, mas sendo a decisão daquela entidade, esta ficou de posteriormente dar esses elementos para a elaboração da resposta ao grupo de trabalho.

Quanto à ligação da Variante à EN222 à A32, informou que teve a oportunidade de estar com o Sr. Secretário de Estado, Frederico Francisco, que lhe deu nota que a obra continua atrasada, porque agora será necessário o parecer final da “APA – Agência Portuguesa do Ambiente”, dado que apesar de todos os pareceres favoráveis emitidos na fase inicial, agora já com o traçado final definido há ainda essa necessidade. Referiu que esteve com o Sr. Secretário de Estado em outubro e previa-se que a resposta da “APA – Agência Portuguesa do Ambiente” chegasse no final do primeiro trimestre de 2024; que este atraso poderá originar mais alguma delonga para, entretanto, ser lançado o concurso público internacional, sendo que a orçamentação da obra se cifra em 41.000.000,00€.



Fls. \_\_\_\_\_

Informou que relativamente ao IC35, e a propósito do que aconteceu em Borba, o traçado passa junto a algumas antigas pedreiras, pelo que a “APA - Agência Portuguesa do Ambiente” obriga a que o traçado seja reformulado para cumprir a legislação que está em vigor, no sentido de obrigar a um maior afastamento dessas antigas pedreiras. Referiu que, possivelmente, este investimento ainda estará mais atrasado do que a Variante à EN222, esperando que o próximo Governo continue a acompanhar o processo e que finalmente consigam ter essas importantes ligações rodoviárias.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS), respondeu que em relação aos terrenos, tal como já disse anteriormente é uma recomendação, quem executa é o executivo, não está aqui para impedir que os investidores invistam em Castelo de Paiva. Referiu que continua a achar estranho que de tantas transações que se fazem na Vila de Castelo de Paiva apenas esta seja um ponto de referência para um dos membros do PS, o deputado Manuel Mendes (GMPS); apenas por ter sido adquirida por um empresário que é militante do PSD a outro particular, ou seja, um negócio de um particular para outro particular, de entre dezenas ou centenas de negócios que se fazem todos os dias em Castelo de Paiva entre particulares, apenas este seja importante para que a Câmara Municipal use o direito de opção, quando, inclusivamente, já foi dito que houve várias pessoas, inclusivamente do PS, que sabiam que aqueles terrenos estavam à venda, inclusive teve a informação dos serviços que essas pessoas chegaram a vir à Câmara Municipal para saber da capacidade construtiva daqueles terrenos, mas nunca falaram com ninguém do executivo em permanência sobre se estavam interessados, ou não. Disse que só depois do negócio se realizar é que parece que estes terrenos eram importantíssimos para o Município, quando há tantos outros no centro de Castelo de Paiva que são vendidos ou são comprados. Concluiu, reiterando que foi uma recomendação, que agradecem e aceitam, mas não irá exercer essa opção porque foi um negócio de um privado com outro privado.

**A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para dizer que em relação à questão que foi levantada relativamente às faturas que foram dadas a conhecer na prestação de contas do ano passado, que a “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” foi questionada sobre o ponto de situação deste assunto e qual seria a solução que aquela entidade teria, uma vez que quando chegaram ao Município havia um ofício da Sra. Ministra da Saúde à data, no qual os informava que o processo estava em análise juntamente com a “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte”, sendo que ainda não receberam a resposta dessas duas entidades. Informou que o executivo convidou há três meses o Sr. Ministro da Saúde para a inauguração da “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade”, estando ainda à espera de uma resposta; que por iniciativa do Município entraram em contato com o Hospital de São João, tendo sido informados que o processo irá avançar para contencioso, uma vez que estão há mais de 24 meses em mora, embora ela e o atual executivo em permanência tenham tentado resolver este assunto.

Referiu que não há uma previsão de qual é que será o valor final associado a esta despesa, têm apenas a informação dos montantes que foram enviados juntamente com todas as faturas que foram remetidas para o Município no ano de 2020, ou seja, o anterior executivo já tinha informação relativa a este dossier em 2020, e quando em 2021 o atual executivo chegou à Câmara Municipal o processo estava por resolver. Disse que solicitou uma reunião ao Departamento Financeiro do Hospital de São João para saber como é que iam resolver essa situação; que não sabe quais são os juros e a que taxa é que estão a ser calculados, pelo que também é importante saber qual o ponto de situação em matéria de valores até para a constituição de provisão na prestação de contas que querem apresentar no próximo ano.

Deu nota que está a haver uma reorganização em algumas entidades a nível nacional, os “ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde” vão deixar de existir e serão substituídos por “ULS – Unidades Locais de Saúde”; que as Administrações Regionais de Saúde e as DGESTE também vão ser

dissolvidas das suas funções (irão transitar para as “CCDR – Comissões de Coordenação Regionais”), pelo que estão a trabalhar na busca de uma solução para este dossier de forma a que o impacto financeiro nas contas do Município seja o mais diminuto possível.

Informou que o “Conselho da Comunidade do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Vale do Sousa – Tâmega/Sul” vai deixar de existir.

Informou também que no Município de Castelo de Paiva vão passar a estar disponíveis no próximo ano consultas na especialidade de Cardiopneumologia e na especialidade de podologia durante 35 horas por semana. Referiu que o executivo em permanência continuará a reivindicar cada vez mais serviços de proximidade e de cuidados primários para os Paivenses.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) na parte relativa ao ponto de situação do processo referente à requerente Marlene Martins, respondeu que se o referido deputado consultar o Mapa das Contingências que consta do Orçamento para 2024, está lá expresso que o processo está em fase de recurso, e que se fizer a comparação com o ano transato, o processo também está em recurso, ou seja, já houve uma primeira decisão da qual a requerente recorreu e que foi proferida pelo Tribunal.

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dizer que das 49 questões colocadas, apenas ficou por responder à questão colocada pelo deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), designadamente saber se havia condições de a auditoria financeira ser presente à AM de fevereiro.

**A Vereadora Liliana Vieira** respondeu que a entidade que fez a auditoria às contas do Município relativamente a um período designado pelo executivo em permanência já fez a sua primeira apresentação dos atos mais relevantes que identificou. Referiu que terão uma reunião com a empresa no dia 3 ou 4 de janeiro, pelo que o documento será remetido durante este mês para conhecimento dos membros da Câmara Municipal e à AM durante o mês de fevereiro. Referiu que estão a adotar normas de controlo,

e tal como fizeram com a reorganização dos serviços, a Norma de Controlo Interno está a ser terminada de acordo com as novas orgânicas que foram constituídas, de forma que os auxiliem no sentido de que as situações que foram detetadas não voltem a acontecer.

**O deputado José António Rocha (GMPS)** interveio novamente para dizer que o Sr. Presidente da Câmara referiu que havia um relatório sobre o estado dos equipamentos, tendo perguntado ao Sr. Presidente da AM se tem ideia de o ter distribuído pelos deputados da AM, ou a si, porque não tem conhecimento desse relatório.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que não sabia se efetivamente foi distribuído pelos deputados da AM, mas está na documentação a que qualquer deputado da AM tem acesso relativa ao requerimento que foi feito pelo (GMPSD), e que veio à AM. Disse que, querendo, qualquer deputado tem acesso a esse relatório, podendo enviá-lo quando quiserem.

Deu nota que o estavam a informar que o relatório foi entregue em mão ao líder do (GMPS).

**O deputado José António Rocha (GMPS)** perguntou se o relatório lhes foi entregue.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que partia do princípio que existe um líder do GM que quando recebe documentação que acha que é útil para todos os membros da sua bancada a distribui por eles, porque é assim que procede em termos de comunicação com os líderes dos GM, ou seja, envia para os líderes dos GM na sua boa-fé de que eles dão essa informação aos seus membros ou, pelo menos, se acharem que deve ser dada, que a dão, pelo que tendo um líder de um GM conhecimento de qualquer informação da AM, dá por conhecida a informação a todos os membros desse GM, senão não faria sentido haver líderes de qualquer um dos GM.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que pelo que percebeu o Sr. Presidente da AM disse que a partir do momento que qualquer GM solicita algum conteúdo informativo à Mesa, o mesmo ficará disponível para todos os eleitos.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que sim.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** referiu que, no entanto, esse documento em particular não lhes foi entregue pela Mesa; que o líder do GMPSD deixou na mesa da bancada do GMPS esse conjunto de fotografias.

Referiu que o que o deputado José António Rocha (GMPS) questionou foi se fazendo uso das palavras do Sr. Presidente da Câmara é que esse documento fotográfico seria um relatório e que tinha sido distribuído aos deputados da AM, algo que não aconteceu, pelo que se há a intenção de o distribuir por todos os eleitos muito bem, não apenas deixar na bancada do GMPS.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que a intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) confirma o que ele tinha dito, ou seja, os documentos estão disponíveis para todos os deputados da AM e foi entregue em mão aos líderes de cada um dos GM.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para esclarecer que o GMPSD ficou a saber da existência desse relatório e achou por bem solicitá-lo à Mesa, tendo o documento sido objeto de análise na AM, e no seguimento desse debate achou por bem deixá-lo ao líder do GMPS, porque o deputado Manuel Mendes (GMPS) se insurgiu quando ele proferiu algumas palavras, tendo-o (GMPS) convidado a ler o relatório.

**O Sr. Presidente da AM** interveio novamente para dizer que o assunto estava esclarecido, ou seja, foi entregue apenas uma cópia ao líder do GMPS. Reiterou que qualquer deputado que deseje ter acesso à comunicação trocada entre a Mesa e qualquer GM é só fazer o requerimento.

De seguida, deu o ponto 3 por encerrado.

Informou o público presente que se alguém quiser intervir no período destinado à intervenção do público, ponto 5, tem que preencher uma ficha onde irá declarar se autoriza, ou não, que a sua intervenção que seja transmitida.

**4. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.**

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que na página 6 da informação financeira aparece uma ação, providência cautelar, referente ao processo n.º 915/192BEPNF que não consta do mapa das contingências financeiras previstas na página 38 do Orçamento, pelo que perguntou a que é que esse processo diz respeito.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que queria fazer duas questões: uma que tem a ver com uma reunião que aconteceu na “CIM-TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” com os Srs. Presidentes de Câmara a 31 de outubro de 2023, na qual, segundo a ata, o Sr. Presidente da Câmara referiu que Castelo de Paiva é um Município de baixa densidade, pelo que queria que o esclarecessem se, efetivamente, o nosso território completo é um Município de baixa densidade; que a segunda situação tem a ver com a intervenção da deputada Fátima Strecht (GMPS) na última AM sobre uma situação em Bairros de “põe sinal, tira sinal”, sobre a qual queria saber se o procedimento adotado na sinalética que foi entretanto colocada noutras espaços do Município respeitou as normas ou se serão alvo de posterior denúncia de outros municípios para a respetiva alteração, ou seja, se a Comissão de Trânsito tem tido em consideração para que na colocação da sinalética não vá acontecer o mesmo episódio que aconteceu em Bairros.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para informar que em relação à sinalética, o Sr. Vice-Presidente da Câmara já esclareceu o assunto na última AM, ou seja, por lapso, o tema não foi discutido na Comissão de Trânsito. Referiu que a sinalética foi retirada para que uma reunião da Comissão de Trânsito se analise essa e outras propostas de sinalização para que todas cumpram as normas regulamentares, sendo que toda a sinalética que existe foi discutida naquela comissão.



Em relação à ata da reunião de 31 de outubro de 2023 da “CIM-TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, respondeu que teria de a ler para perceber o contexto das declarações que proferiu.

**A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para dizer que relativamente à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT), se a informação não constar no mapa de contingências é porque no momento em que foi elaborado essa informação ainda não estava na posse dos serviços.

**O Sr. Presidente da Câmara** perguntou ao deputado Manuel Mendes (GMPS) qual é o número da ata que referiu, porque na reunião de 31 de outubro foram duas datas a votação, presumindo que o referido deputado estava a falar dessas atas.

(Resposta inaudível)

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para solicitar ao deputado Manuel Mendes (GMPS) que faça chegar à Mesa a ata em causa, dando indicação de qual é o trecho para depois se transmitir ao Sr. Presidente da Câmara (responderá por escrito).

Solicitou o mesmo em relação à questão colocada pelo deputado Paulo Teixeira (GMUCPT).

**A Vereadora Liliana Vieira** esclareceu que o lançamento contabilístico se refere a processos anteriores, e que tendo sido agora proferida a decisão tiveram de regularizar os honorários junto de quem representava o Município, a Dra. Lurdes Bessa.

(Intervenção inaudível do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)).

**O Sr. Presidente da AM** solicitou ao deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) que faça a pergunta por escrito sendo que a resposta também será dada por escrito.

(Intervenção inaudível do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)).

**O Sr. Presidente da AM** questionou a Câmara Municipal se é possível dar hoje a resposta.

**A Vereadora Liliana Vieira** respondeu que que se trata de um processo de 2019, mas não tem na memória todos os processos que correm no Município.

**O Sr. Presidente da AM** solicitou novamente ao deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) que faça a pergunta por escrito.

**Deliberação:** A AM tomou conhecimento

**Período de Intervenção do Público**

**5. Intervenção do Público**

**O munícipe José Adelino Nunes**, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da palavra para dar os parabéns ao Sr. Presidente da AM e à AM por dar a oportunidade ao público de poder assistir a esta reunião em direto e ver o que se passa nestas reuniões. Disse que seria bom que esta iniciativa se estendesse às reuniões da Câmara Municipal.

Deu nota que em 2009, nas primeiras reuniões da Câmara Municipal do executivo anterior, falou ao Dr. Gonçalo Rocha, formado em história, e como tal teria a sensibilidade para fazer algo sobre a história de Castelo de Paiva, na importância da história do nosso concelho; que com a nova reorganização dos serviços a começar no próximo ano, espera que o executivo indique para diretor, ou para representante, alguém que tenha a sensibilidade para a história de Castelo de Paiva; que o concelho tem muita história essencialmente ligada aos Condes e à Casa da Boavista; que a capela de Vegide foi considerada em 1977 de interesse concelhio; que o conjunto da igreja paroquial da freguesia de Real com as imagens de granito e a escadaria também foi considerada de interesse concelhio em 1977, tal como o foram os jardins da quinta da Boavista e a quinta da Fisga e respetivos jardins.

Defendeu que os jovens deviam ter conhecimento destes factos através de livros e do site da Câmara Municipal.

Solicitou que se proceda ao arranjo do portal da Serrada da Boavista. Disse que há juristas que defendem que compete também à raiz consertar o portal



da Serrada se tiver conhecimento que pode cair (brasão será da família de Bulhões).

Referiu que foram designados elementos da AM para a Assembleia Intermunicipal da “CIM-TS”, mas passaram-se dois anos e não teve conhecimento de alguma pergunta que se fizesse nesse órgão sobre os interesses de Castelo de Paiva, principalmente em relação ao “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, tendo questionado se aquele equipamento é do concelho ou é do Tâmega e Sousa, para saber quais são as respostas e a solidariedade dos outros concelhos para com Castelo de Paiva.

**O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dizer que relativamente à questão colocada pelo munícipe José Adelino Nunes diretamente à Mesa, os membros da Assembleia Intermunicipal da “CIM-TS” eleitos pela Assembleia Municipal de Castelo de Paiva são bastante interventivos, nomeadamente o deputado Jorge Quintas (GMMPM) e ele próprio, e que já abordaram esses dois assuntos várias vezes nas Assembleias Intermunicipais.

Informou que a próxima sessão da Assembleia Intermunicipal da “CIM-TS” ocorrerá no dia 20 de dezembro às 17:30h, em Resende, referindo que deixava o convite a algum deputado ou a algum Paivense que dela queira participar.

Reiterou que há sempre duas ou mais intervenções nessas Assembleias, pelo que pensa que estão bem representados naquele órgão (deputado Jorge Quintas (GMMPM) já deu nota na AM das intervenções que fez na Assembleia Intermunicipal da “CIM-TS”).

De seguida, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara uma vez que já tinha informação para poder responder ao deputado Manuel Mendes (GMPS).

**O Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata efetivamente de uma ata da reunião de 31 de outubro, sendo que às vezes as atas não contêm tudo o que se passou, e citou: “... Presidente da Câmara de Castelo de



Paiva, José Rocha, referiu acerca desta matéria que Castelo de Paiva sendo um concelho com freguesias de baixa densidade..." (falta essa questão) "... e com uma população bastante isolada e cada vez mais empobrecida, apesar do atraso, e com insistência da sua parte junto do Dr. Telmo Pinto, é com agrado que vê a partir de Janeiro do próximo ano Castelo de Paiva com este serviço...". Referiu que proferiu esta intervenção quando estavam a abordar a temática do transporte a pedido, e a realidade é que grande parte dessas paragens e dos territórios abrangidos se situam no território do Couto Mineiro do Pejão e de Real, ou seja, as duas freguesias do concelho classificadas de baixa densidade, sendo que na sua opinião todo o território deveria ter essa classificação. Disse que estão a trabalhar nesse sentido para que possam usufruir de alguns fundos que são direcionados apenas para territórios de baixa densidade.

Referindo-se à intervenção do município José Adelino Nunes, respondeu que o executivo tem a noção que o site do Município não está atualizado, pelo que a partir de janeiro irão trabalhar na sua reformulação e dar destaque ao que é a história de Castelo de Paiva, também para que todos aqueles que queiram visitar o concelho tenham oportunidade de através do site conhecer o nosso património, os edifícios que podem visitar e um pouco da história de Castelo de Paiva, que é uma história rica.

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a sessão para se fazer um intervalo de dez minutos.

#### **Período da Ordem do dia**

O deputado António da Silva Pinto (GMPS) ausentou-se da sessão.

#### ***6. Apreciação e deliberação sobre Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2024.***

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Liliana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade a proposta relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2024.



**7. Apreciação e deliberação sobre Participação do Município no IRS – ano 2024.**

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Liliana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

**O deputado José António Rocha (GMPS)** usou da palavra para dizer que tal como sucedeu no ano anterior, vinha manifestar o seu desacordo com a posição da Câmara Municipal em não aproveitar o “IRS” como um benefício para os residentes e como forma de fixar pessoas, mas essencialmente como um trunfo para usar com o exterior, usar numa competição no sentido de fazer uma devolução de “IRS”, e para mais, tendo em conta que nos últimos meses o PSD tem andado, dia após dia, a reclamar a redução de impostos, essencialmente no “IRS”, tendo para tal apresentado uma proposta a nível nacional para a redução deste imposto em mais de mil milhões de euros. Referiu que também ficaria bem ao PSD local ir nesse sentido.

Defendeu que tendo a possibilidade de descontar 5% ao “IRS” dos Paivenses, quando se compara com o benefício que se dá em sede de “IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis”, ou seja, a taxa vai para o mínimo possível e ainda se dá os descontos pelos dependentes, dá-se tudo o que se pode dar ao nível deste imposto, enquanto isso não acontece com o “IRS”, pelo que é da opinião que é altura da Câmara Municipal pensar seriamente nesta situação, porque o concelho vive uma crise, a exemplo de outros concelhos do interior, que por aqui também se conseguiria combater de alguma forma.

**O Sr. Presidente da Câmara** respondeu que o PSD nacional tem feito propostas para a redução das taxas de IRS, mas tal como já defendeu anteriormente outros cargos que exerceu no Município, quem paga “IRS” são as pessoas com mais rendimentos, porque quem recebe o ordenado mínimo não paga, pelo que sendo a proposta em apreço aprovada o valor arrecadado será aplicado em apoios sociais.

Informou que no âmbito da delegação de competências na área da ação social, tem sido solicitado à Câmara Municipal ao nível dos apoios eventuais, o apoio na aquisição de próteses dentárias, óculos, e essa verba é importante para todos esses municíipes, tendo em conta que, infelizmente, se prevê que o ano de 2024 seja um ano de muitas dificuldades; que é previsível que os serviços de ação social da Câmara Municipal também tenham mais solicitações do que as que têm tido, é importante conseguir ter essa verba para poder dar esses apoios eventuais em conjunto com outros apoios sociais a todas aquelas famílias que muitas vezes até pertencem à classe média, mas que com o aumento abrupto que se tem verificado nas taxas de juro dos empréstimos para habitação também deles necessitam. Concordou que é importante fixar pessoas, pelo que tal como já acontecia nos mandatos anteriores o Município não cobra "Derrama" como forma de captar empresas e poderem aumentar o número de postos de trabalho no concelho. Referiu que esta é uma forma direta de concorrer com outros municípios vizinhos que aplicam aquele imposto. Concluiu, dando o exemplo da Casa de Emergência Social, que já está concluída, em que parte do dinheiro arrecadado no âmbito do "IRS" foi utilizado na reabilitação daquele edifício que irá, sem dúvida, ajudar aqueles que mais precisam.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por maioria, com 1 abstenção do GMPS (deputado José António Rocha) e 25 votos a favor, a proposta relativa à Participação do Município no IRS – ano 2024.

**8. Apreciação e deliberação sobre Tabela de Taxas – ano 2024.**

Presente uma proposta da Câmara Municipal subscrita pela Vereadora Liliana Vieira relativa a este ponto, que fica arquivada na pasta anexa à presente ata.

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade a Tabela de Taxas – ano 2024.

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a sessão pelo período de 5 minutos a pedido de (GMPS).

O deputado António da Silva Pinto (GMPS) reentrou no Salão Nobre.

**9. Apreciação e deliberação sobre Orçamento, GOP, Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal para o ano 2024.**

Retomada a sessão, o **Sr. Presidente da AM** informou da metodologia das intervenções na discussão deste ponto em consonância com o disposto no Regimento da AM.

De seguida, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta de Orçamento e Gop's para 2024.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que o Orçamento e Gop's para 2024 reflete os objetivos do executivo em permanência para o referido ano.

Informou que finalmente irão ter o programa “Portugal 2030” a funcionar. Deu nota que o documento contém muitas das obras que foram solicitadas pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e demonstra a vontade do executivo em tratar todos por igual. Disse que mais uma vez e pela segunda vez consecutiva, há um aumento de verba direcionada para todas as Juntas de Freguesia que desta feita altera um pouco o que era feito anteriormente: há uma fórmula matemática do total do valor que será distribuído tendo em conta a população, a área e os quilómetros que têm de caminhos públicos incluídos na delegação de competências na Juntas de Freguesia para a sua limpeza, sendo que haverá ainda uma percentagem fixa do total desse valor.

Referiu que se trata de um Orçamento que se cifra em cerca de 25.000.000,00€, dos quais cerca de 4.000.000,00€ estão alocados à “ELH - Estratégia Local de Habitação”, dado que já foi aprovado pelo “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” e já assinaram o termo com aquela entidade para a reabilitação dos bairros sociais da Raiva, Pedorido e Curvite, sendo que é um valor que se aproxima do valor do ano transato; que o executivo continua a apostar na questão do ambiente, pelo que irão apostar juntamente com a empresa “Simdouro” no reforço da rede

nos locais que referiu na sua intervenção no ponto 3 da ordem de trabalhos; que sabem da necessidade das obras de proximidade tão faladas para servir a população, sempre com o objetivo de dotá-las com as ligações de água, de saneamento e águas pluviais; que uma fatia importante do Orçamento é direcionada às famílias, designadamente o apoio no âmbito das refeições escolares em mais de 200.000,00€ anuais.

Salientou que todas estas opções revelam um Orçamento que o executivo sabe que será exigente na sua execução, mas que conseguirão fazê-lo.

Deu nota que realizou várias reuniões com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, nas a quais acordaram quais seriam as obras importantes a incluir no Orçamento e GOP's.

Realçou a vontade do executivo de durante o ano de 2024 proceder à requalificação dos equipamentos desportivos; concretizar os projetos turísticos relativos ao Rio Arda, ao lugar do Castelo e ao Choupal; que consigam avançar ainda durante o ano de 2024 com a “ELH - Estratégia Local de Habitação”, além do projeto que ficará concluído referente ao Choupelo, a reabilitação dos 30 fogos habitacionais dos bairros sociais, tal como todos os projetos que foram alvo de um concurso público para adjudicar a uma empresa a elaboração da arquitetura e especialidades para iniciar os concursos e as empreitadas durante o ano de 2024; ter sempre em atenção a área da ação social, dado que tem havido uma maior procura dos serviços municipais por parte dos munícipes, pelo que haverá um importante reforço dos apoios sociais no âmbito dos apoios eventuais, a questão das próteses dentárias e dos óculos, além do pagamento de algumas rendas, prestações bancárias e até botijas de gás a famílias que se encontram em situações menos positivas; que ao nível do emprego, contam que de uma vez por todas seja resolvido o problema do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” e possam ali investir na criação de alguns lotes para a fixação de empresas no concelho.



Concluiu, salientando que o Orçamento foi feito com todo o rigor para que o executivo possa dar resposta aos reais problemas da população e aumentar a sua qualidade de vida.

**A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para dar uma breve explicação relativa ao Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamentos para 2024.

Informou que no Plano Anual de Recrutamentos propõe-se o recrutamento de dois técnicos superiores, um na área da Engenharia do Ambiente e outro na área de Medicina Veterinária, sendo que o recrutamento deste último já tinha sido autorizado no ano passado no âmbito de Orçamento para 2023, mas uma vez que o procedimento ainda se encontra em curso tem de ser feita menção a este recrutamento no Plano Anual de Recrutamentos para 2024; que o mesmo acontece com um lugar para Fiscal Municipal, dado que o procedimento em curso ainda está na fase da seleção de candidatos; que se propõe a ocupação de doze postos de trabalho na carreira de Assistentes Operacionais, sendo dois Auxiliares de Serviços Gerais que estão nos centros de saúde do concelho, dado que ainda não saiu uma decisão final da “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte” sobre se estas colaboradoras terminam o seu vínculo, ou se concluído o concurso que foi aberto por aquela entidade serão afetas ao Município de Castelo de Paiva, sendo que se tiveram que transitar para contrato de trabalho a tempo indeterminado também terão que constar no Plano Anual de Recrutamentos; que o mesmo acontece em relação ao recrutamento de um motorista, ou seja, já tinha sido solicitada autorização para a abertura do concurso mas o procedimento ainda decorre, pelo que também se mantém no Plano Anual de Recrutamentos; que se propõe o recrutamento de nove Assistentes Operacionais para a área das obras municipais, nomeadamente dois Canalizadores, dois Serralheiros Civis, um Pedreiro, dois Calceteiros e um Condutor de máquinas pesadas e veículos especiais. Deu nota que esta previsão tem a ver com algumas necessidades identificadas pelos serviços, e também para acautelar algumas aposentações

que já foram apresentadas junto do serviço de recursos humanos, e de forma que se garanta a continuidade na prestação dos serviços.

Informou que há uma novidade no Plano Anual de Recrutamentos referente a um pedido de autorização para o recrutamento de três postos de trabalho na área de Técnicos Superiores. Disse que conforme fizeram questão de colocar na informação, esses três Técnicos Superiores são para afetar à área da ação social no âmbito de uma candidatura que o Município apresentou ao “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência” que, a ser aprovada, os contratos terão uma vigência de 27 meses e o encargo financeiro com estes três postos de trabalho são totalmente suportados pela candidatura. Referiu que os serviços de ação social identificaram a necessidade de recrutar um Técnico Superior para a área da Psicologia, um Técnico Superior para a área da Educação Social e um Técnico Superior de Serviço Social, e que terminada a vigência dos 27 meses dos contratos esses três Técnicos Superiores não irão continuar a prestar serviços no Município.

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que o “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” é do Tâmega e Sousa. Referiu que na altura disputaram a instalação deste equipamento com Lousada e Felgueiras, e em boa hora o Governo liderado pelo PSD escolheu Castelo de Paiva para o instalar. Defendeu que este também é um problema da “CIM-TS - Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”, no sentido em que lhe compete defender os interesses dos seus municípios. Alertou que relativamente à antiga escola EB2/3, na altura foi escriturada com a Direção-Geral do Património, pelo que não foi com as finanças, nem foi com o Ministério da Educação, e serviu de troca ao antigo externato “Vieira Guedes”. Referiu que o contrato poderá ser obtido junto daquela entidade ou até haver cópia na divisão do património da Câmara Municipal, porque na altura conseguiu-se que em 1998/99 os 100 mil contos que a Câmara Municipal pagou pelo terreno para a construção da escola EB2/3 servissem de moeda de troca para a autarquia ficar com o terreno e edifício onde está o Fórum Associativo.



Sobre a questão da necessidade de eletricidade na ponte de Entre-os-Rios, informou que ela é paga pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva e pela Câmara Municipal de Penafiel, 50% para cada lado, porque na altura a “Estradas de Portugal” não queria eletrificar as pontes e só nessas condições é que a aceitaram eletrificar, pelo que fazer um contato à “Infraestruturas de Portugal” pode ser infrutífero porque pensa que a empresa não alterou essa situação.

Referiu que este é o terceiro orçamento elaborado pelo atual executivo e lê-se na mensagem do Sr. Presidente da Câmara, e citou: “... é um orçamento com desejo de mudar Castelo de Paiva para podermos continuar a acreditar ... todos nós vivemos aqui e queremos continuar a viver”.

Realçou que fica satisfeito quando leu na página 8, e citou: “... aumento da rede de saneamento em baixa ...”, o que significa que ela existe contrariamente ao que alguns propagam.

Recordava que a Câmara Municipal gerida pelo PS no mandato de 1993/1997, desencadeou o processo administrativo para ser elaborado o “Plano Diretor Municipal de Saneamento” que veio a ser concretizado e entregue pela empresa “Barreira de Almeida” no início do mandato de 1998/ 2001, presidido pelo PSD, e por si, tendo iniciado a sua concretização. Disse que por isso há um “Plano Diretor Municipal de Saneamento”, tendo sugerido ao Sr. Presidente da AM que o documento pudesse ser disponibilizado aos três grupos parlamentares, porque é a cartilha que estão hoje a utilizar, ou seja, que foi com base nesse plano que tudo está a ser feito e foi presente à empresa “Simdouro”.

Manifestou a sua preocupação relativamente ao “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” quando está escrito no Orçamento, e citou: “...sem solução à vista”.

Deu nota que a deputada Vanessa Pereira (GMPSD) já referiu a importância da “UCC – Unidade de Cuidados à Comunidade” e da “ECCI – Equipa de Cuidados Continuados Integrados”. Disse que estão referidas

no Orçamento, mas apenas em dois parágrafos soltos, pelo que acha que elas são demasiado importantes e mereciam melhor enquadramento.

Deu também nota que na página 37 se fala na construção da ETAR, questionando se a construção das ETAR não é da responsabilidade da empresa “Simdouro”, pelo que não sabe até que ponto a palavra “construção” estará ali a mais; que na página 77 do relatório das GOP’s, no capítulo do desporto, nada vê referir sobre a requalificação do piso do Campo Municipal da Boavista (como assiste pontualmente a alguns jogos nota que aquele piso está a ficar completamente degradado); que na página 41, é referida no primeiro parágrafo a propósito das praias do concelho a expressão “praias marítimas”, sendo que as praias do concelho são todas fluviais, pelo que pensa que se poderia omitir a palavra “marítimas” só para não ficar inscrita no Orçamento; que na página 69 nada se diz, e acha que é premente, sobre a necessária revisão do regulamento da Feira do Vinho Verde que está desajustado da atual realidade; que na página 42 se refere uma obra muito importante que já era falada no final do seu mandato que é o desvio do trânsito de pesados do centro da Ladroeira como uma obra a concretizar em 2024, tendo questionado se já há projeto, e se não há qual é a ideia para fazer o desvio, porque na altura havia várias hipóteses; que na página 33 há uma palavra que está solta, na questão do saneamento fala-se em “aquisição”, e porque na página 37 fala-se em “construção” da ETAR não percebeu a frase na página 33; que na página 34, na rubrica “juros e outros encargos” o valor passa para o dobro, tendo referido que a justificação que ai encontra é que será o reflexo da subida das taxas de juro, mas é um valor muito significativo, passa-se dos 50 para os 100; que no capítulo da habitação é referido que se vão construir novos complexos habitacionais em todas as freguesias, achando que é um bocadinho ambicioso porque há freguesias onde ainda não há terrenos adquiridos e, no entanto, estão previstos 130.000,00€ para aquisição de terrenos.

Referindo-se à questão dos terrenos municipais no Seixo, disse que era importante, e aproveitando o facto de não haver nada escrito no Orçamento



sobre esta questão, que se promova um debate municipal onde possam ter agentes daquela altura, lembrando-se do Presidente da Câmara que entrou em funções em 1982 e o que cessou funções nesse mesmo ano; que uma vez a Junta de Freguesia de Real promoveu esse debate na sua sede e compareceu o Presidente da Câmara que cessou funções em 1982.

Em relação à zona industrial da Cruz da Carreira, referiu que outros, no mandato a seguir ao que liderou, denominou-a de zona de acolhimento empresarial da Cruz da carreira, apesar de, dos onze hectares, a maior parte estarem em Real, no entanto, muito ou pouco, o executivo que liderou desencadeou o processo e fizeram algum trabalho administrativo com a ajuda da “AIP - Associação Industrial Portuguesa”. Disse que o PS chegou a adquirir um terreno naquela zona industrial, tendo questionando o Sr. Presidente da Câmara se é para desistir deste processo, ou não, porque não vê grande impulso neste Orçamento nesta matéria.

Deu nota que na página 9 do “PPI” e “PAM”, relativamente ao arranjo urbanístico do centro de Sardoura, estão previstos 20.000,00€ em 2024 e 20.000,00€ em 2005, o que já é um valor significativo, tendo questionado se há alguma ideia do que se vai concretizar, uma vez que pensa que na feira do vinho de Sardoura, no discurso inaugural, ainda não se sabia muito bem o que é que se iria fazer naquele espaço; que na página 13, relativamente ao Centro Museológico do Couto Mineiro de Pejão, estão previstos somente 11.000,00€, 1.000,00€ em 2024, 5.000,00€ em 2025 e 5.000,00€ em 2026, tendo questionado que projeto é que o executivo tem para lá; que já se falou no pavilhão municipal dos desportos, mas enquanto a piscina municipal tem prevista uma verba significativa de cerca de 200.000,00€ para a empreitada, para o pavilhão só estão previstos 15.000,00€, pelo que poderão ter que fazer uma correção orçamental a curto prazo face àquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse há pouco, dado que é um valor muito escasso e as obras são mais do que fundamentais (pavilhão é de abril de 1993).

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) acerca do estado dos equipamentos desportivos, referiu que quando alguém entra numa Câmara municipal deixa dívida, mas também deixar ativos; que se o executivo do PSD, em 2009, deixou dívida, também deixou muitos ativos: quando chegaram à Câmara Municipal chovia dentro do salão nobre do edifício dos Paços do Concelho (não estava como está agora), pelo que as Assembleias Municipais eram realizadas no auditório; que fizeram o maior investimento na área cultural do concelho, designadamente a construção do auditório.

Relativamente à Casa das Artes, referiu que em tempos havia nas contas um pagamento a um arquiteto, e que este equipamento seria feito num dos terrenos da Feira, tendo solicitado um ponto de situação.

Deu nota que no ano de 2000, o Governo de então criou através do Decreto-Lei n.º 262/2000 o “Plano Diretor Municipal de Saneamento do Grande Porto”, mas demorou 9 anos a criar a “Simdouro” e obrigava os municípios a fazer os investimentos. Disse que tudo aquilo que foi feito com a renovação das estradas dentro daquela lógica que o Sr. Presidente da Câmara defende e que ele defendia, ou seja, que uma estrada nova tem que levar as outras infraestruturas debaixo da terra – a Dra. Elisa Ferreira, disse isso aqui no salão nobre - e todas as estradas municipais que foram remodeladas levaram condutas de água e saneamento. Referiu que o exemplo disso é a estrada da Cruz da Carreira ao Alto da Fontela que levou condutas de água e saneamento, e quando questionava sobre as ETAR, respondiam-lhe que vinha aí a “Simdouro”, demorou 9 anos, e só a partir dai é que surgiram as ETAR, porque são da responsabilidade daquela entidade e não das Câmaras Municipais (a que foi feita em Santa Maria Sardoura foi a título provisório). Concluiu, referindo que é bom de vez em quando avivar a memória dos homens, porque o tempo passa num instante e há aqui muita gente nova que não assistiu a esses investimentos na altura.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** usou da palavra para dizer que o Orçamento de 2023 totalizava o montante de 20.954.700,77€ e o de 2024



totaliza o montante de 24.992.630,15€, ou seja, há um aumento de 4.137.929,37€.

Deu nota que aquando da votação do primeiro Orçamento do atual executivo (este é o terceiro), tiveram quase todas as desculpas porque tiveram pouco tempo para o elaborar; que em 2023 o MPM entendia que o Orçamento seguia quase a linha dos orçamentos dos executivos anteriores, ou seja, inflacionado; que este Orçamento aparece com mais 4.137.929,37€. Disse que sabe que a Vereadora Liliana Vieira lhe vai provavelmente dizer que esse aumento, como já disse o Sr. Presidente da Câmara, tem a ver com a “ELH - Estratégia Local de Habitação” ou que é culpa da delegação de competências. Referiu que se o Orçamento de 2023 não era o deles, o de 2024 também não pode ser.

Salientou que os orçamentos nem são bons, nem são maus, são assim assim; que o executivo apresenta um orçamento e quem está na oposição vai dizer que é pouco ambicioso, concordando que é pouco ambicioso em certas matérias, que podia ir mais além numas coisas e ficar mais aquém noutras (é sempre uma matéria muito discutível), mas é um instrumento de gestão muito importante que visa fazer cumprir as promessas que se fazem em campanha eleitoral: andam de porta em porta, entregam documentos, disponibilizam os seus programas e depois, em quatro anos, muitas das promessas não são concretizadas, foram só pura campanha eleitoral.

Realçou que há uma coisa no Orçamento que salta aos olhos de todos: é praticamente uma cópia do Orçamento de 2023, tendo dado o exemplo da parte referente ao turismo, o que demonstra que não há ambição, ou não acreditavam no que propuseram em 2023, ou ficou por fazer em 2023. Disse que se foca na questão do turismo porque aquando da campanha eleitoral o MPM dava como prioridade principal as questões da educação, da saúde, do turismo e do ambiente.

Defendeu que Castelo de Paiva é um concelho muito desorganizado, sujo, imperam lixeiras por todo o lado de todas as espécies de lixo, e o PSD tinha uma coisa no programa eleitoral que também era um propósito do MPM se,

porventura, ganhassem as eleições, que era a construção de um depósito para a receção do dito “entulho” das habitações. Referiu que se trata de um problema grave, porque são centenas e centenas de lixeiras, e que é uma promessa eleitoral que o executivo não cumpriu até agora.

Referindo-se à questão das bolsas de estudo, disse que já aqui defendeu, e o deputado Carlos Trindade (GMPSD) também era da mesma opinião quando falaram na questão do investimento na educação, por isso é que colocaram a educação no primeiro plano do programa eleitoral do MPM, porque é uma questão muito importante: é pelo ensino que funciona o elevador social de que tanto se fala. Referiu que Castelo de Paiva atribuiu bolsas de estudo ao ensino superior: eram 15, passaram para 20, um aumento de 5, é bom, mas o MPM diz que é pouco; mantém o mesmo valor, 75,00€ por bolsa de estudo/nove meses por ano, é mau, porque quem andou na faculdade pagava onze meses de propinas, ficam dois meses sem ajuda para pagamento dessa propina.

Informou que no Município de Arouca a bolsa de estudo é de 1.347,50€ por estudante; que no concelho de Cinfães a educação é um exemplo a nível nacional, porque a bolsa de estudo é para todos os alunos inscritos no ensino superior; que para fixar os jovens universitários (toda a gente se queixa que fogem do concelho) Cinfães paga as viagens ao fim de semana, enquanto Castelo de Paiva fica-se por atribuir 675,00€/ano para a bolsa de estudo a famílias com dificuldades, o que é muito pouco.

Deu nota que no quadro referente a “juros e outros encargos”, em 2023 apresentava-se um valor de 49.971,55€; que em 2024 o valor é de 102.570,64€, ou seja, uma variação de 52.609,09€. Disse que esta variação é considerável, tendo solicitado uma explicação no sentido de se advém só do aumento das taxas de juro, porque aquando da aprovação das contas e perante uma sua questão, foi dito que foi feita uma amortização antecipada de dois empréstimos.



Realçou que esperava que o Orçamento não fosse tão inflacionado e que em certas matérias tivesse mais ambição, porque trata-se da nossa terra e não querem ficar para trás dos concelhos vizinhos, querem ir mais além.

**O deputado José António Rocha (GMPS)** usou da palavra para dizer que de 2023 para 2024 há um aumento de 20% no Orçamento, cerca de 4.000.000,00€, fazendo-lhe lembrar mandatos anteriores em que o Orçamento aumentava todos os anos, chegando a ultrapassar o montante de 30.000.000,00€, sendo que o resultado final foi que o PS andou “a penar” para acertar as contas.

Lembrou que estão a aprovar despesa de quase 25.000.000,00€, pelo que se estão a aprovar é porque pode ser feita havendo, ou não havendo, receita; que se não houver receita, se calhar, faz-se mais um empréstimo e no final alguém haverá de pagar.

**O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para agradecer ao deputado Jorge Quintas (GMMPM) que referiu que ele também considera que a educação é um dos pilares da nossa sociedade, e que deve haver um esforço do executivo numa aposta clara e inequívoca nessa área. Referiu que no que tange aos apoios, há muito que defende que deverá haver uma discriminação positiva no concelho, por exemplo, a Câmara Municipal procede à entrega dos livros de fichas, mas há famílias que têm rendimentos consideráveis e que não carecem desse apoio, sendo que há outras que carecem desse apoio e de outros mais, pelo que se deverá pensar na melhor forma de cortar no apoio àquelas famílias que têm rendimentos superiores e canalizar o valor desse corte para as famílias mais carenciadas. Relativamente ao Orçamento, disse que a preocupação do GMPSD é saber se vão ter, ou não, investimento, porque o investimento é progredir, Castelo de Paiva precisa de crescer, precisa de evoluir, e para isso tem de haver investimento, tendo questionado relativamente aos protocolos que são estabelecidos com as Juntas de Freguesia, qual é o montante que o executivo do PS transferiu e, nestes três orçamentos, quais foram os valores

que já foram transferidos e aquilo que se propõe transferir para aquelas entidades.

Relativamente à questão do saneamento, referiu que é uma prioridade porque, tanto quanto se lembra, era uma das promessas do Sr. Presidente da Câmara, tendo questionado quanto é que está previsto investir no saneamento.

Em relação aos equipamentos municipais, referiu que já aqui falou e vai insistir até que todos os equipamentos que consideram essenciais para os munícipes e para os nossos jovens estejam aptos a recebê-los, tendo questionado qual é o investimento que está previsto; qual é a estratégia ao nível das prioridades e como é que foram definidas, porque uns certamente são prioritários em relação a outros.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para dizer que estão a discutir três documentos de supra importância, mas fundamentalmente numa perspetiva política. Disse que o que é normal, seja numa AM ou da República, é que o partido do poder apresenta a sua proposta, os seus deputados consideram-na boa, aprovam-na, e os deputados da oposição têm uma postura exatamente oposta, referindo que isso é normal, e quem tiver dúvidas, se quiser fazer um histórico do que tem sido a nossa história municipal nas últimas décadas vai obter a resposta que acaba por confirmar a visão do GMPS. Referiu que o que o traz aqui são fundamentalmente apreciações políticas e esquematizadas.

Deu nota que começava por tentar dar resposta à questão que o deputado Carlos Trindade (GMPSD) colocou e que tem toda a razão de ser, que é priorizar aquilo que são as intenções do executivo. Referiu que de acordo com a leitura do GMPS a resposta é dada no próprio documento; para o GMPS aquilo que define o que de mais importante se perspetiva para o ano seguinte é incorporado na mensagem do Sr. Presidente da Câmara, porque se este emite uma mensagem como aquela que é escrita, ele terá que ser o primeiro, enquanto líder de uma equipa, a dizer aquilo que efetivamente para ele é o mais relevante.



Salientou que podem divergir em relação às prioridades que são identificadas, mas toda a gente sabe que é impossível dar resposta a todas as carências do concelho, achando que há um lapso à partida: o terceiro orçamento que o executivo apresentou aos Paivenses, e citou: "... continua a refletir o desejo de mudar Castelo de Paiva...". Disse que o GMPS entende que há um lapso, porque a palavra correta não é mudar, mas sim estagnar; que estes documentos não auguram nada de positivo para um futuro próximo; que quanto àquelas que são as prioridades que o Sr. Presidente da Câmara refere, designadamente a política de proximidade com as Juntas de Freguesia, o ambiente, a habitação, o emprego, a educação, a saúde e a ação social, pode-se dizer que acha que jamais se podem opor a que a Câmara Municipal disponibilize às freguesias um maior volume financeiro, porque se calhar as Juntas de Freguesia gastam mais e dinheiro do que a própria Câmara Municipal, tal como também se diz que os municípios gastam melhor dinheiro do que o poder central, mas quando se fala no saneamento, questionava se o montante de 825.000,00€ que está cabimentado será um valor suficiente para as necessidades do concelho; que no que diz respeito à "ELH - Estratégia Local de Habitação", questionou se o montante global de 29.000.000,00€ que foi disponibilizado ao Município pode ser aplicado, por exemplo, da feitura de acessibilidades, nas infraestruturas, no saneamento, ou pelo contrário, estão a falar de um valor que é disponibilizado para aquisição de terrenos e apenas mera construção e reabilitação, porque muitas das vezes o que se gasta, e não é pouco, é no resto; que no que respeita à situação do emprego, não há referência alguma à zona industrial; que não se percebe porque é que na vertente do turismo não há uma referência especial; que em relação ao percurso pedestre "Viver o Payva D'ouro", não concorda minimamente com o que foi dito, porque quando se coloca esta questão o Sr. Presidente da Câmara este diz que há uma ação judicial que enquanto não estiver decidida a Câmara Municipal não pode intervir, o que não é verdade, porque o que falta é definir é quanto é que a Câmara Municipal tem a pagar



ao Sr. Manuel Correia de Vasconcelos, algo que não impede que a obra continue (é uma expropriação); que não há uma palavra relativamente à quinta e casa da Boavista; que não há uma palavra na mensagem do Sr. Presidente da Câmara a propósito da juventude.

Realçou que podem concluir da mensagem do Sr. Presidente da Câmara que é repetitiva, omissa em relação a estes fatores que na perspetiva do GMPS são fundamentais (a falta de ambição de que o deputado Jorge Quintas (GMMPM) falou), a inexistência de novidades, pelo que só podem ficar desalentados com aquilo que é o pensamento do Sr. Presidente da Câmara, porque ele “não dá animo às tropas”, não traz nada de novo.

Deu nota que no que diz respeito à casa da Boavista, se há dossier no qual se nota a falta de vontade de avançar é esse. Referiu que como é do conhecimento dos deputados da AM, foi aqui constituída uma comissão de acompanhamento do testamento do Conde; que a Câmara Municipal constituiu uma comissão de trabalho neste âmbito; que a última vez que a comissão de acompanhamento reuniu foi no dia 11 de outubro, e não foi o Sr. Presidente da Câmara que a convocou, foi o Sr. Presidente da AM a pedido do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT); que os líderes têm de ser empurrados por eles caso contrário o assunto não avança, pelo que é preciso pensar um bocadinho no que é que isso representa; que na altura foram pedidos documentos à Câmara Municipal que até hoje ainda não foram fornecidos, ficou em ata; que em relação ao facto de terem dois memorandos de entendimento, o Dr. Ricardo Jorge é o autor de um, e o Dr. Bernardo Alegria enviou-lhe outro, que o Sr. Presidente da Câmara referiu que iam reunir, mas que isso já foi dito há 2 meses.

Alertou para o teor das últimas missivas do Dr. Bernardo Alegria, porque ele fixou um tempo limite para uma resolução amigável (final de janeiro). Disse que não lhes competia dar estas informações, mas sim ao executivo. Em relação ao tema da habitação, disse que em função dos números que tem e que constam da página 36, e citou: “... assegura-se financiamento pelo “IHRU – Instituto Nacional da Habitação e da Reabilitação Urbana”



no valor de 3.900.000,00€ ...”, que tal corresponde a 13% dos referidos 29.000.000,00€, tendo questionado se resulta daqui que está-se a contar com este valor em 2024 para desenvolver atividades para cumprimento do que se pretende ao nível da “ELH – Estratégia Local de Habitação”; será que o Município tem projetos capazes de absorver a totalidade do dinheiro que se encontra disponibilizado.

**O Sr. Presidente da AM** solicitou ao deputado Rocha Pereira (GMPS) que seja breve.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** questionou o que é que foi definido para o tempo das intervenções.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que não há limite de tempo, tendo sido determinado que se uma intervenção se estendesse mais do que era normal se daria essa nota para que fosse breve.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorquiu que o Sr. Presidente da AM lhe faria a justiça de reconhecer que se tem esforçado nesta intervenção por abordar assuntos objetivos e concretos sem qualquer falsa intenção.

Deu nota que todos estão de acordo no que respeita à importância do ensino, mas não pode deixar de chamar a atenção para a forma como certas coisas são transmitidas, ou seja, acha muito bem que se faça um cartaz a sensibilizar, a felicitar, a dar as boas vindas a quem passa a visitar o concelho e quem passa a integrar a nossa comunidade, sejam professores ou quem quer que seja, mas fica muito desconsolado quando vê um cartaz publico com erros.

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS) para dizer que aquilo não tinha nada a ver com as GOP'S.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorquiu que tem tudo a ver com o ensino e que já ia chegar lá. Disse que se começam desde logo a dar uma má imagem a quem vem de fora, a demonstrar que não somos capazes de escrever corretamente, que isso deve ser preocupante; que ainda é mais grave quando se publicita a dizer que, e citou: “... neste feriado municipal

o largo do Conde será diferente ...”, tendo questionado se o feriado municipal é no dia 5 de outubro. Referiu que estas matérias têm que ser corrigidas, tendo questionado quem é o autor dos textos, quem é que os corrige e quem é o responsável político, reiterando que a imagem que passam para fora não significa os Paivenses, nem Castelo de Paiva.

Deu nota que ao nível do desporto, está escrito, e citou: “... em 2024 iremos realizar a primeira grande gala municipal de desporto e cultura ...”, tendo questionado se isso significa que os Jogos Desportivos vão acabar; se o que se pretende é dar medalhas e palmadinhas nas costas aos atletas ou dirigentes que vão ser agraciados; tirar fotografias pomposas ao lado dessas figuras. Disse que lhes parece que era muito mais adequado investir em condições de trabalho para os atletas desenvolverem a sua atividade (por exemplo, aplicação do sintético no Municipal da Boavista), sendo que o trabalho desenvolvido ao nível do atletismo é daqueles que mais longe e mais alto levam a bandeira do concelho, porque para quem defendia que iam acabar as festas e festinhas, tal como o Sr. Presidente da Câmara o apregoou várias vezes, não entende que se esteja agora a promover uma gala.

Referindo-se ao Mapa de Pessoal, disse que sabem que vão ser implementadas alterações e que a esse respeito já foi dito o que havia a dizer, mas não se percebe, tendo em conta quer as palavras do Sr. Presidente da Câmara, quer as palavras da Vereadora Liliana Vieira, as razões objetivas da criação do cargo da Coordenadora de Proteção Civil. Disse que o Sr. Presidente da Câmara chegou a dada altura a manifestar a sua disponibilidade para que o lugar fosse retirado, o que acabou por não acontecer, ou seja, que o próprio Presidente da Câmara admite que a criação desse cargo não é indispensável; que há municípios que não têm este cargo criado e a questão da imperatividade, ou faculdade, é uma questão que se coloca; que quando a Vereadora Liliana Vieira intervém a seguir reconhece isso mesmo, porque quando alguém diz que se em 2024 for preciso preenche-se o lugar, se não for preciso não se preenche, está a



dizer que não sabe se vai ser necessário, ou não, ou seja, a razão de ser cai por terra.

Salientou que quer o Sr. Presidente da Câmara, quer a Vereadora Liliana Vieira, não consideraram como indispensável a criação deste cargo.

Questionou o que é ter experiência; o que quer dizer ter formação adequada (não sabe); se foi feita uma abordagem aos bombeiros voluntários, ou não, e em que termos; se a criação deste cargo se vai traduzir numa redução de custos ou vai originar um aumento.

Referiu que sempre ouviu dizer que mais vale um bom mandador do que um bom trabalhador, pelo que aquilo que os funcionários municipais necessitam é fundamentalmente de boas condições de trabalho, tendo questionado se o gabinete referente ao “Bupi - Balcão Único do Prédio” se vai manter neste edifício ou vai ser transferido para a Loja do Cidadão, e que espaço é que se encontra destinado para esse fim, porque quando o atendimento é feito do átrio do Município, como viu e se informou, achando isso impressionante, recebeu como resposta que não existem instalações neste momento para esse efeito, pelo que é importante que isso se esclareça.

Referindo-se ao bom ambiente de trabalho, disse que quando alguém que não é funcionário se apresenta num gabinete e nem sequer se digna a bater à porta a pedir licença para entrar, questionou se isso é sentido de respeito pelos funcionários; quando alguém que não é funcionário chega junto de um gabinete, não bate à porta, entra, encontra lá alguém que não faz parte daquele setor e não sabe como se dirigir em termos de civismo a esse funcionário e o trata como se fosse um vassalo ... é preciso respeito pelos funcionários.

Deu nota que há um ano atrás alguém disse que a Câmara Municipal não se pode transformar numa agência de empregos; que se imagine que existe um cargo que foi criado ao qual concorrem duas funcionárias, duas pessoas, duas senhoras ...



**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS) para dizer que ele está a discursar há 27 minutos ...

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorquiu que se for necessário os seus colegas do PS prescindem do seu tempo para que ele possa concluir.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que acordou com os líderes dos GM que quando achasse que uma intervenção chegasse a um tempo que era desproporcional se chamasse à atenção para que finalizasse com brevidade, sendo isso que está a pedir, sem alguns rodeios que possam não ser interessantes para o tema, uma vez que o deputado Rocha Pereira (GMPS) já dispensou 27 minutos desta AM.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retomou a sua intervenção referindo que se admitia que essas candidatas batem à porta de membros do executivo em permanência, e há um que diz que lhe promete um emprego

...

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS) para dizer que ele não mudou uma vírgula no seu discurso em relação ao pedido que lhe tinha feito para ser breve...

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorquiu que se calhar o Sr. Presidente da AM estava a ficar incomodado, está a ficar “com cócegas nos pés ...” (só precisa de mais três minutos).

**O Sr. Presidente da AM** referiu que o deputado Rocha Pereira (GMPS) estava a ser indelicado.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorquiu que o Sr. Presidente da AM lhe estava a tirar o direito a falar, e que quando disse que o GMPS prescinde do seu tempo para ele concluir o que estava a dizer ...

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu e questionou se a intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) está cancelada.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** solicitou um ponto de ordem à Mesa. Confirmou que efetivamente não estava estipulado um tempo limite para as intervenções neste ponto, sendo que lhe parece que o deputado Rocha Pereira (GMPS) está a cumprir com o que foi estipulado. Disse que,



por outro lado, também foi estipulado que não se excedessem de forma descontrolada nas intervenções, sendo que a intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS) não lhe pareceu que andasse a rodear o mesmo tema de várias perspetivas, bom pelo contrário, trouxe vários temas pertinentes que se podem enquadrar no ponto que estão a debater e, nesse sentido, o referido deputado pediu apenas três minutos para concluir, tendo o Sr. Presidente da AM, depois disso, interrompido o deputado Rocha Pereira (GMPS), salvo erro, duas vezes, algo que se não tivesse acontecido teria permitido que o referido deputado já tivesse terminado.

**O Sr. Presidente da AM** concedeu três minutos ao deputado Rocha Pereira (GMPS) para concluir a sua intervenção.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retomou a sua intervenção referindo que é legítimo que quando alguém tenciona obter um emprego possa bater nesta ou naquela porta, mas quando membros do mesmo órgão (pessoas diferentes) dizem que sim às duas candidatas, quando na verdade só uma pode ser contemplada...

De seguida dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara referindo que este sabe que ele pode provar aquilo que disse; que “quando na capoeira uma pinta manda mais que o galo, algo se passa”; que o Sr. Presidente da Câmara não contribua para que a nossa Câmara Municipal seja a Câmara da “cunha”; que não permita que aqueles que o rodeiam transformem a Câmara Municipal na Câmara da “cunha”, porque há coisas que não basta apregoar, é preciso praticar e o executivo foi eleito para trabalhar, pelo que se calhar é altura de começarem a trabalhar.

Referiu que deu vários exemplos, uns mais simples, outros mais relevantes, que a ironia da Vereadora devia ter mais respeito e saber ouvir; que há gente que tem muita ambição, desmedida, mas muito pouca capacidade de trabalho, tendo questionado se essas pessoas são as indicadas para gerir o destino no concelho.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** usou da palavra para dizer que já perceberam que a dois anos das eleições há alguém que está em campanha eleitoral.

Referiu que quem trabalha preocupa muito o PS, e que as pessoas que os estão a ver e a ouvir em casa devem-se estar, como ela está, a rir, porque trabalho é coisa que o executivo tem feito.

Referiu também que gostava de ter ouvido os mesmos deputados do PS a perguntar ao anterior executivo se não trabalhavam; que também se notava que o “pinto mandava mais que o galo”, que o “pinto percebia mais que o galo”, que o “galo desmentiu o Pinto”, que o “galo contrariava o pinto”.

Salientou que há pessoas que estão na AM há quatro mandatos: um por um partido diferente e três por este partido, achando inacreditável que agora sejam feitas afirmações sobre o “pinto” ...

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção da deputada Vanessa Pereira (GMPSD), uma vez que o deputado Rocha Pereira (GMPS) fez uma interpelação à Mesa para defesa da honra. Disse que as interpelações à Mesa cortam a palavra a quem estiver a intervir, tendo dado a palavra ao referido deputado.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para dizer que a sua honra foi ofendida quando a deputada Vanessa Pereira (GMPSD) fez referência às mudanças de partido. Disse que a referida deputada não sabe, não está informada ...

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS) para dizer que ele não estava a defender a sua hora, pelo que lhe ia retirar a palavra ...

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorcou, questionando se é o Sr. Presidente da AM que manda naquilo que ele deve dizer. Disse que o Sr. Presidente da AM fica incomodado com ele, e que é bom que as pessoas que os estão a ouvir saibam que é normal o Sr. Almiro Moreira impedir as pessoas de falar ...



**O Sr. Presidente da AM** solicitou que fosse cortada a palavra ao deputado Rocha Pereira (GMPS).

Referiu que deputado Rocha Pereira (GMPS) pediu a palavra para a defesa da honra, e disse que a sua defesa da honra era porque achava que a deputada Vanessa Pereira (GMPSD) se tinha referido a ele ao dizer que tinha pertencido a esta AM por dois partidos. Disse que isso não ofende a honra de ninguém porque é factual.

De seguida, solicitou ao deputado Rocha Pereira (GMPS) que retomasse o seu lugar.

**O deputado Rocha Pereira (GMPS)** retorquiu que o Sr. Presidente da AM quer ser ditador, quer impor as suas regras à AM.

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a AM por entender que o deputado Rocha Pereira (GMPS) não estava a respeitar a Mesa.

Retomada a sessão, o **deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** solicitou um ponto de ordem à Mesa.

Referiu que a defesa da honra depende a quem se sente ofendido e é feita no fim da intervenção que a deputada Vanessa Pereira (GMPSD) estava a fazer.

Disse que o deputado Rocha Pereira (GMPS) certamente não disse coisas “à toa”: fez um desafio, peçam as provas.

Solicitou a todos os deputados que mantenham a serenidade, o bom senso, porque se calhar logo na primeira transmissão da AM os comentários não vão ser muito positivos, quando estão a discutir um documento importante. Referiu também que o deputado Rocha Pereira (GMPS) disse que a culpa de o não deixarem falar era dos líderes dos GM, em que o próprio se inclui (alguém disse que não foi isso), tendo pedido desculpa porque terá compreendido mal.

Concluiu, referindo que também já foi vítima do corte da palavra na AM.

**O Sr. Presidente da AM** respondeu que na parte que diz respeito à Mesa o seu comportamento é exatamente o mesmo havendo, ou não, transmissão

online, pelo que não é isso que o vai fazer alterar o que quer que seja na condução dos trabalhos.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** retomou a sua intervenção referindo que parece que quando intervém, para o deputado Rocha Pereira (GMPS) há sempre algum problema, não se tendo esquecido do comentário menos agradável que o referido deputado lhe fez numa AM, e citou: "... quando me apanhasse lá fora depois é que eu ia ver ...", sendo que nessa altura ninguém teve problemas em vir aqui defender a deputada nessa questão, pelo que acha que podem ter alguma calma, não disse nada que ofendesse ninguém, o que disse é factual: o deputado Rocha Pereira (GMPS) de 2009 a 2013 foi deputado da AM pela lista do CDS e agora faz parte do PS.

Sobre o orçamento ...

**O Sr. Presidente da AM** interrompeu a intervenção da deputada Vanessa Pereira (GMPSD) para perguntar ao deputado Rocha Pereira (GMPS) se queria interpellar novamente a Mesa, porque não pode estar a querer falar com a Mesa quando está alguém a falar. Disse que o referido deputado falou durante trinta minutos e, salvo a sua interrupção, falou livremente; que não sabia se o deputado Rocha Pereira (GMPS) está, ou não, interessado em ouvir a deputada Vanessa Pereira (GMPSD); que se o referido deputado quer interpellar a Mesa fá-lo e dá-lhe a palavra.

De seguida, devolveu a palavra à deputada Vanessa Pereira.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** retomou a sua intervenção referindo que foi dito nas várias intervenções sobre o Orçamento, nomeadamente a ausência de menções à Quinta da Boavista, à juventude, tendo aconselhado a ler as várias mensagens dos 12 anos anteriores do Presidente da Câmara que por sinal era do PS, quando elas existiam, porque houve momentos em que não existiram, em que não viu nenhuma menção à Quinta da Boavista, à juventude, ou qualquer menção ambiciosa, pelo que às vezes fala-se num desalento da mensagem do Sr. Presidente da Câmara, mas também o sentiu ao fim de 12 anos, porque não existiu, era

sempre igual, sem do que este é apenas o terceiro Orçamento apresentado pelo PSD.

Referiu que acha engraçado como é que quem está na AM há 12 anos, só ao fim desses anos é que sente a falta de investimento nas infraestruturas desportivas; que o “Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva” já tem atividade há dezenas de anos e só ao fim de 12 anos é que se percebeu que aquela coletividade não tinha um sítio para desenvolver a sua atividade meritória.

Deu nota que o Orçamento totaliza o montante de cerca de 24.900.000,00€, e nele está incluída a “ELH - Estratégia Local de Habitação” com uma dotação de 3.900.000,00€. Disse que sem o termo de aceitação para a requalificação dos bairros sociais o valor do Orçamento andaria na ordem dos 21.000.000,00€, o que seria exatamente igual ao Orçamento do PS de 2020, ou seja, que estariam a falar de um Orçamento muito parecido, só que há uma diferença muito grande entre esse Orçamento de 2020 e o Orçamento 2024: no Orçamento de 2020 o PS previa arrecadar em “outras receitas correntes” e em “outras receitas de capital” um montante na ordem dos 9.000.000,00€, ou seja, 48% do Orçamento era baseado nessas rubricas, e quando se perguntava o que é que era, uma das respostas foi, e citou: “Não sei, os outros punham, eu também ponho, por isso é para estar ai ...”. Disse que se forem ver a prestação de contas do ano seguinte, desses 9.000.000,00€, o PS arrecadou entre 2 a 3% desse valor, ou seja, foi um Orçamento inflacionado; foi dizer que tinham 20.000.000,00€ de despesa e 20.000.000,00€ de receita, mas não conseguiam ir buscar 9.000.000,00€ a lado nenhum, e isso é um orçamento inflacionado, foi tudo o que aconteceu nos orçamentos do PS.

Salientou que o Orçamento de 2024 não tem 9.000.000,00€ em “outras receitas correntes” e em “outras receitas de capital”, tem muito menos do que esse valor, porque foi preciso fazer aos poucos uma correção do Orçamento e trazer esse valor para um montante muito mais baixo, que neste momento é de 2.100.000,00€, ou seja, um valor muito mais baixo do

que o que constava nos orçamentos que foram aqui aprovados com os votos favoráveis de muita gente. Disse que este é talvez um dos orçamentos mais equilibrados, mais transparentes e mais corretos que têm visto nos últimos anos, porque sabem exatamente o que é que está em cada rubrica; que no Orçamento para 2024, as receitas que pretendem angariar e a despesa que o Município se propõe a fazer não é tão dispar como era, por exemplo, em 2020, em que havia um diferencial de 48%: isso é que eram orçamentos empolados.

Referiu que o Orçamento de 2024 tem as prioridades bem definidas: o saneamento; a correção do problema das fugas de água; promove a igualdade de tratamento das freguesias, o que se reflete ao nível do tratamento dos seus cidadãos, ou seja, não há um Presidente de Junta de Freguesia a dizer que na sua obra não é gasto um saco de cimento, ou não se faz nada, ao contrário do que se assistiu nos mandatos anteriores; um Orçamento em que se percebeu que tem que se apoiar as Juntas de Freguesia ao nível dos seus orçamentos, por isso é que alguns Presidentes de Junta de Freguesia têm o discernimento de agradecer na AM o tratamento igualitário que têm na disponibilização de material e de meios humanos (certamente que é sempre uma votação difícil para os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, mas parece-lhe que quando recebem mais dinheiro, mais apoios e mais meios humanos, que isso faz toda a diferença relativamente ao que tinham no passado); que é um Orçamento que apoia as famílias quando, em geral, toda a gente diz que o PSD não é um partido vocacionado para o apoio social, mas não é assim, conforme apoio dado no âmbito das refeições escolares num investimento de mais de 200.000,00€, mais do que o executivo anterior gastava em Cheque Farmácia, Transporte Solidário e Incentivo à Natalidade.

Disse que não são o partido da “cunha”, outros serão o partido da “cunha”: só havia estágio e prestações de serviços para alguns, mas que isso é passado, porque o presente é o tratamento igual de todas as pessoas.

Referiu que lhe parece que este Orçamento permitirá que o concelho encontre o equilíbrio financeiro por ser um Orçamento mais rigoroso, mais equilibrado ao nível da realização de despesa e arrecadação de receita para não terem taxas de execução orçamental, como tinham, de 40%, 45%, 50%; um Orçamento que apoia as famílias, que apoia as pessoas que precisam, que apoia aqueles que todos os dias passam por dificuldades; que este Orçamento é sem dúvida melhor do que os orçamentos anteriores porque olha para a realidade do concelho: é preciso investir em saneamento (o concelho tem 18% de cobertura de saneamento); é preciso investir no tratamento das fugas de água que custam ao Município milhares de euros; é preciso apoiar aqueles que mais precisam; é preciso apoiar as Juntas de Freguesia, porque estão mais próximas das populações e conseguem resolver os problemas com maior celeridade.

Realçou que não podem continuar a ter pessoas que não querem investir no concelho, como acontecia no passado, porque não eram tratadas por igual; não podem ter pessoas que não querem investir no concelho porque os projetos eram muito difíceis, ou porque tinham medo que lhes caçassem as licenças, ou porque tinham medo que lhes acontecesse alguma coisa porque estavam a investir do seu dinheiro, do seu esforço, e depois não podiam concretizar esses investimentos; não podem ter em Castelo de Paiva pessoas que por muito que gostem da nossa terra, por muito que a queiram ver crescer, sintam que não os deixam ser melhores, construir e contribuir para o acréscimo de valor no concelho.

Concluiu, referindo que o Orçamento de 2024 é o melhor orçamento dos últimos anos.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que por momentos sentiu que viajou no tempo até 2019, mas por incrível que possa parecer estão em 2023 a apreciar o Orçamento para 2024.

Deu nota que estava certo de que o deputado Rocha Pereira (GMPS), por mais acutilante que possa ser em algumas intervenções, não era sua

intenção ofender quem quer que seja quer a título pessoal, quer a título político.

Defendeu que quando um deputado pede a defesa da honra, normalmente, salvo melhor interpretação, esse pedido é feito no final da intervenção que está a decorrer em que o ofendido se sentiu lesado, e que posteriormente o ofendido pede a palavra e defende a sua honra. Disse que não percebeu os argumentos do deputado Rocha Pereira (GMPS), não querendo dizer que não possam ter existido, mas porque ele não teve tempo de os enumerar, pelo que achava que o Sr. Presidente da AM poderia e deveria ter dado tempo, e se assim o entendesse, e se apercebesse ao longo do seu discurso que o referido deputado não estaria a defender o seu erro aí sim, tirar-lhe a palavra como fez, a seu ver, precipitadamente.

Deu nota que o Orçamento é a intenção do executivo de fazer; foram esmiuçadas inúmeras gralhas gramaticais e de português; com citações musicais que no entender do GMPS estão completamente descontextualizadas.

Referiu que ia analisar o documento de duas perspetivas: numa perspetiva numérica e numa perspetiva das áreas de atuação.

Disse que a receita totaliza o montante de cerca de 25.000.000,00€, havendo um acréscimo de cerca de 1% face ao ano anterior que é justificado, ou não, pela “ELH – Estratégia Local de Habitação”; que há um aumento de receitas de impostos em cerca de 24%, no montante de 2.261.788,33€; um aumento da receita do “IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões e Imóveis” de 65%, no montante de 818.903,00€; “outras receitas de capital” no montante de 1.716.270,40€, tendo questionado qual o motivo deste valor; o que é que se pretende fazer com a receita dos impostos: canalizar para políticas de fixação de pessoas, se sim, quais.

Em relação à despesa, referiu que a despesa corrente totaliza o montante de 15.388.000,00€; despesas com pessoal de 6.672.986,70€, um acréscimo de meio milhão de euros face ao ano anterior; encargos com a saúde, há uma despesa de 45.000,00€, mais 35.000,00€ com “outros”, tendo perguntado



qual o motivo; cerca de 2.000.000,00€ que considerou ser uma situação um bocadinho opaca: em “estudos e pareceres” 707.707,93€, em “outros trabalhos especializados” 478.066,44€, e “outros serviços” mais 837.350,00€.

Relativamente à dívida do Município comparativamente com o terceiro orçamento da governação anterior, considerou que são praticamente trocos. Quanto às áreas de atuação, disse que no âmbito da “ELH - Estratégia Local de Habitação” os municípios têm quatro possibilidades de intervir, seja arrendando imóveis existentes, seja reabilitando os existentes, seja comprando ou construindo novos: em 2024 é vai ser, é a uma intervenção correta, não se opõem a isso, em reabilitar o parque que a Câmara Municipal tem ao nível da habitação social, no entanto, há uma diferença: reabilitar o que existe não dá melhores condições a outras pessoas que não têm apoios na habitação, pelo que se deveria apostar nas duas áreas, reabilitar o que existe mas, por outro lado, a prioridade seria acrescentar mais habitação social, sendo aqui a principal lacuna nesta estratégia.

Relativamente ao investimento, disse que não vêm a audácia, a ousadia, não vêm o “homem do leme” a ter a ousadia de caminhar por “mares mais agitados”, mas sim uma “visão à costa”, mais segura, mais contida, quase um Presidente da Junta, quase uma atitude de obras de proximidade e nada mais arrojada.

Sobre os equipamentos, disse que é normal que o PS reivindique a pertinência de investimentos em equipamentos municipais, seja as piscinas municipais, seja o pavilhão municipal dos desportos, porque da mesma forma que encontraram os equipamentos em mau estado, designadamente o Mercado Municipal e o edifício da cadeia, nos quais fizeram intervenções de modernização, é normal que se peça ao executivo em permanência, mesmo de outra cor partidária, que dê seguimento às reivindicações para este tipo de equipamentos.

Quanto ao desporto, referiu que é um “copy past” do Orçamento anterior.

Relativamente à eficiência energética, questionou quantos edifícios municipais é que podem contar com eficiência energética no ano de 2024. Em relação aos apoios sociais, referiu que sem sombra de dúvidas que os apoios nas cantinas escolares é uma boa iniciativa a juntar a outros apoios sociais que foram mantendo no Município na última década, tendo questionado qual é a novidade para 2024.

No que concerne ao saneamento, questionou com quantos quilómetros de rede de saneamento é que podem contar no final de 2024.

Relativamente ao Mapa de pessoal, questionou se podem contar com a contratação de um Psicólogo em 2024, porque é uma carência dos serviços municipais, nomeadamente da “CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”.

Sobre o “Radar Social”, referiu que esperam que este projeto seja benéfico para o nosso território.

Referiu que ainda relativamente ao mapa pessoal, repararam que o executivo não pretende fazer qualquer contratação de pessoal na área da educação. Disse que o executivo anunciou no ano passado que pelo facto do PS ter votado contra o mapa pessoal estaria em risco o encerramento de escolas; que a passagem destes meses vem dar razão ao PS, porque alertaram para a necessidade de gestão de recursos humanos e a gestão financeira deste ano não apresenta nenhuma previsão de contratação de pessoal na área da educação.

Salientou que para quem pretende fazer em 2004 o mesmo que pretendia fazer em 2023, e não o fez, está a passar um atestado de incompetência ao PSD; que não vêm capacidade de investimento, não vêm capacidade de resolver os problemas dos Paivenses; que o documento apresenta a intenção do executivo de fazer, tem grafismo apelativo com gralhas gramaticais, situações questionáveis face ao contexto, pelo que concluía questionando o que é que o executivo pretende fazer de novo que até ao momento não teve a oportunidade de fazer.

**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Referindo-se à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) em relação à aquisição e construção de ETAR's, respondeu que irão realizar a obra que irá cobrir a zona do Vale da Mota e do Outeiro. Disse que têm de adquirir de uma ETAR para drenar toda aquela bacia; que têm um problema relacionado com uma avaria na ETARI da zona industrial das Lavagueiras, tendo já um acordo com a "Simdouro" que irá reformular todas aquelas ligações e colocar lá uma ETAR; que vão iniciar um processo de aluguer enquanto a "Simdouro" não colocar essa ETAR, porque uma vez que a "Simdouro" vai fazer ligação à outra ETAR, não há necessidade de ter ali uma em permanência.

Relativamente ao trânsito na Ladroeira, principalmente o transito de pesados devido ao afunilamento da rua, informou que já falaram com o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros para conseguirem perceber qual é o melhor traçado para ligar à EN 224, e para abordar os proprietários dos terrenos. Referiu que vão reaproveitar caminhos que já existam para que consigam fazer essa importante ligação e tirar o trânsito de pesados daquela zona.

Em relação à zona industrial da Cruz da Carreira, disse que o anterior executivo deixou um projeto para os 10 hectares daquela zona que foi aprovado quando ainda estava no executivo, mas apenas existem 2000 metros de terrenos disponíveis, porque os restantes terrenos pertencem a particulares. Informou que alguns desses particulares pedem 30,00\m<sup>2</sup> para os vender, pelo que se forem pagar esse valor por 10 hectares, está-se a falar de um investimento de 3.000.000,00€ que a Câmara Municipal não tem, e para os ter terá que se endividar, sendo que para além de se endividar não fará mais investimento.

Referiu que entrar num processo de expropriação, com a lição que tiveram com o percurso pedestre "Viver o Payva D'ouro", fica-se sempre na dúvida

de o fazer, porque é preciso ter o cuidado de não se hipotecar as gerações futuras.

Informou que têm sido abordados por algumas empresas que se querem fixar no concelho e têm dado aquela zona como referência para eventualmente negociarem aqueles terrenos, porque a somar aos 30,00€/m<sup>2</sup> é preciso criar as infraestruturas: criar os arruamentos, as ligações de água e saneamento, a rede elétrica e a rede de comunicações, pelo que podem estar a falar de lotes a serem vendidos às empresas num valor, se calhar, superior a 70€/m<sup>2</sup>; que neste momento o Município não tem capacidade para arranjar 3.000.000,00€ quando o concelho tem uma rede de saneamento com 18% de cobertura; quando têm a necessidade de acabar com as fugas de água; quando têm alguma população sem água ao domicílio, sendo essas as prioridades do executivo.

Salientou que refere o “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” na sua mensagem, um equipamento com quatro hectares, com um pavilhão que requalificado e com a criação de mais alguns lotes conseguiram fixar empresas no imediato; que havendo a possibilidade de reduzir a área de salvaguarda da zona industrial de Lavagueiras, ou a zona verde, isso dá para fixar empresas.

Sobre o arranjo urbanístico de Sardoura, informou que o processo de expropriação está finalmente concluído. Disse que irão elaborar o projeto em conjunto com Junta de Freguesia de Sardoura se esta estiver disponível para colaborar com a Câmara Municipal.

Em relação à Casa das Artes, respondeu que o executivo tem que estabelecer prioridades quando têm obras necessárias e essenciais em quase todos os equipamentos municipais: o pavilhão municipal dos desportos, as piscinas municipais, o pavilhão do Couto Mineiro do Pejão. Disse que nesta fase abdicaram da Casa das Artes para se calhar, investir na melhoria de alguns aspetos do Auditório Municipal.



Informou que no que concerne ao pavilhão municipal dos desportos, já adjudicaram a uma empresa a elaboração dos projetos de arquitetura e de especialidades a pensar no programa “Portugal 2030”.

Deu nota que para a cobertura do pavilhão do Couto Mineiro do Pejão serão necessários cerca de 190.000,00€; que o pavilhão municipal dos desportos, face às muitas obras de que necessita, colocou a possibilidade de o transformar num pavilhão multiusos onde também se possam realizar eventos culturais e musicais, podendo para tal conseguir financiamento entre 80 a 85% no âmbito do programa “Portugal 2030”; que estes equipamentos, tal como está previsto na requalificação da escola EB2/3, e no edifício da Câmara Municipal, serão dotados de eficiência energética no sentido de se proporcionar boas condições de trabalho aos funcionários municipais; que a Biblioteca Municipal também necessita de obras ao nível da cobertura.

Salientou que quando se fala destes equipamentos que necessitam de obras de requalificação, falarem da antiga cadeia ou do Mercado Municipal, em que chove lá dentro, é redutor, porque o mercado também vai precisar de obras, dado que com as recentes chuvas caiu parte do teto falso do “Wine Welcome Center”. Disse que vão ter de se suportar muito nos fundos comunitários, tendo informado que este quadro comunitário negociado com a “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa” passa os 10.000.000,00€, o que não os impede de procurar mais fundos comunitários concorrentes, designadamente fundos vindos diretamente de Bruxelas, porque têm sempre de conseguir mais a questão.

Realçou que o aumento do valor do Orçamento se deve ao montante de 4.000.000,00€ aprovado pelo “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” no âmbito da “ELH – Estratégia Local de Habitação”, tendo referido que o concurso público para a requalificação das 30 casas está em curso; que o protocolo elaborado pelo anterior executivo é claro e prevê a reabilitação dos fogos pertença do Município, bem como a construção de habitação em todas as freguesias, tendo o executivo optado,



por exemplo, em conjunto com as Juntas de Freguesia, por fazer o reaproveitamento de escolas que encerraram para as incluir na “ELH – Estratégia Local de Habitação”, sendo este um exemplo do que é fazer o aproveitamento do que já existe, dar utilidade a algo que irá servir a população, que irá servir os mais desfavorecidos.

Informou que houve um aumento das transferências do Orçamento de Estado para o Município em cerca de 1.700.000,00€: retire-se este valor e retire-se o montante de 4.000.000,00, e têm um orçamento inferior ao do ano anterior, sendo que se forem consultar os orçamentos do anterior executivo passaram todos o montante de 20.000.000,00€.

Em relação às bolsas de estudo, referiu que o executivo queria ir mais além, mas não podem olhar só para os alunos do ensino superior, dai terem feito um reforço do apoio nas refeições escolares num total de cerca de 200.000,00€/ano. Realçou que o maior problema não é o valor das propinas (690,00/ano), mas sim o valor da renda que é pedido por um quarto, tendo dado o exemplo de Aveiro em que são pedidos 300,00€, pelo que espera que quem venha a governar o país tenha essa situação em atenção, designadamente ao nível da criação de residências escolares.

Relativamente aos juros e encargos, explicou que o aumento verificado no Orçamento tem apenas a ver com o aumento das taxas de juro indexadas à “Euribor”.

Salientou que a decisão de contrair, ou não, empréstimos é uma decisão do executivo que terá de vir a reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, sendo que ainda não se contraiu qualquer empréstimo porque a Câmara Municipal está a cumprir religiosamente com as suas obrigações como qualquer pessoa de bem o faz, mas se houver, no que concerne aos fundos comunitários, a necessidade do Município, até para resolver a questão do saneamento, de dispor de 1/2.000.000,00€ e que precise de parte desse dinheiro, não coloca de parte a possibilidade da Câmara Municipal recorrer ao crédito.



Sobre o valor das transferências para as Juntas de Freguesia, informou que totalizavam o montante de 160.000,00€ em 2021, e que em 2024 esse montante é de 303.000,00€ incluindo a cedência de trabalhadores municipais, tendo salientado que é um aumento muito substancial e uma prova da boa-fé do executivo, porque sempre defendeu que as Juntas de Freguesia têm que ter autonomia para servir as suas populações.

No que concerne ao saneamento, informou que estão previstos 850.000,00€ de investimento municipal, sendo que em sede do ciclo urbano da água têm um montante de 2.160.000,00€, sem contabilizar o dinheiro que pode vir de fundos comunitários mediante os projetos que vão elaborar.

Referiu que a expressão “estagnar o concelho” é subjetiva: têm assistido à estagnação dos aumentos, das empresas e da criação de emprego, mas já com este executivo houve três empresas que construíram novos pavilhões porque acreditam nas políticas do executivo; que fica contente que a “Oropol” esteja a aumentar as suas instalações; que a “Bradco” esteja a construir um edifício para mais 500 funcionários. Disse que teve oportunidade de estar com o Sr. Secretário de Estado da Modernização Administrativa na empresa “Nautilus”, tendo esta empresa a intenção de construir mais um pavilhão em Castelo de Paiva: é sinal de que a estagnação é positiva.

Quanto ao montante de 29.000.000,00€ disponíveis para a “ELH - Estratégia Local de Habitação”, disse que é o que está programado: pode ser mais, pode ser menos. Referiu que estavam previstos 5.000.000,00€ para os bairros sociais, mas feitos os projetos foi aprovado o montante de 3.600.000,00€, valor que indo a concurso público ainda pode diminuir, pelo que o que interessa é que se faça, que aconteça.

Informou que já foi adjudicada a elaboração dos projetos de arquitetura e especialidades para a construção de cerca de 190 frações no concelho, esperando que o “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana” dê uma resposta rápida depois da submissão desses projetos.

Admitiu que ainda falta adquirir terrenos, o processo não está a andar à velocidade que queria, mas está-se a trabalhar.

Em relação à quinta da Boavista, referiu que parece que agora é que é uma prioridade, mas já é uma prioridade desde 1997, sendo que há trabalho feito. Referiu que todas as missivas que recebe dos mandatários do Município, do Dr. Bernardo Alegria, da Dra. Filipa ou da Dra. Brites são partilhadas com as duas comissões, sendo que se os representantes dos partidos e movimentos em cada uma dessas comissões não faz chegar essa informação aos seus membros, que isso já não é responsabilidade sua (alguma coisa vai mal no GMPS ou no seu representante).

Sobre os memorandos, respondeu que já teve a oportunidade de dizer que estiveram agendadas duas reuniões, mas o Vereador Ricardo Jorge não pôde estar presente, e não podendo estar presente, todos os membros da comissão acharam por bem adiá-las, estando agendada nova reunião para o dia 22 de dezembro.

Referiu que o Dr. Bernardo Alegria pôs os timings que pôs (31 de janeiro de 2024), tendo questionado se algo que andam a discutir há anos tem que ter uma data final balizada. Disse que conhecem os direitos e os deveres da Câmara Municipal, tal como também conhecem os direitos e os deveres dos usufrutuários, até porque a comissão de acompanhamento do testamento do Conde apresentou várias propostas.

Relativamente à publicação dos textos institucionais, respondeu que há pessoas na Câmara Municipal responsáveis pela gestão das redes, mas por vezes acontecem erros. Recordava que em 2021 saiu nas redes sociais do Município um cartaz do candidato do PS às eleições autárquicas, pelo que só não erra quem não trabalha.

Em relação aos Jogos Desportivos e Culturais, disse que estes têm tradição no concelho pelo que não vão acabar, não se vão esquecer, nem “passar uma borracha” sobre todos aqueles que criaram os Jogos Desportivos e Culturais. Esclareceu que a criação de uma gala com a intenção de premiar os atletas não é nada que não se tenha feito no passado e que não se deva

continuar a fazer, lembrando-se de várias equipas que ganharam troféus distritais e nacionais que foram recebidas neste Salão Nobre, porque tem de se reconhecer o mérito dos atletas do concelho que fazem um esforço tremendo para participar em provas nacionais e internacionais, muitas vezes às suas custas, pelo que acha que tem de se incentivar e premiar o esforço e a dedicação dos atletas Paivenses.

Esclareceu também que em relação ao lugar para Coordenador da Proteção Civil não disse que não se importava, mas sim que o executivo assumisse que não queria esse profissional, e nesse caso retirá-lo-ia, porque não tem nenhum compromisso com ninguém para vir ocupar o cargo.

Informou que a lei diz que os Municípios devem ter um Coordenador da Proteção Civil, e que o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva solicitou-lhe várias vezes a criação e ocupação deste cargo, tal como tem feito o Sr. Comandante Regional, Eng.º Sérgio Barros; que se acontecer uma tragédia ai já vão questionar a não existência do Coordenador da Proteção Civil.

Salientou que nem todos os Presidentes de Câmara ou Vereadores têm obrigação de ter formação adequada na área, sendo que essa formação é obrigatória e certificada pela “ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil”.

Informou que o ordenado é fixado mediante proposta a remeter a reunião de Câmara, tendo reiterado não há nenhum compromisso com ninguém, pelo que não pode dizer qual será o ordenado. Referiu que o que outros municípios têm feito é equiparar o salário ao vencimento de um chefe de divisão, tendo desafiado a que digam o nome se acham que há alguém em mente e que ele responderá se têm razão, ou não.

Em relação a quem pede ou pediu emprego, referiu que não percebeu, mas se o deputado Rocha Pereira (GMPS) tem provas, agradecia...; que também não percebeu a parte relativa a andarem estranhos a percorrer os gabinetes, até porque a Câmara Municipal tem um segurança.

Quantos à questão de quantos quilómetros de saneamento é que serão construídos, respondeu que em 2021 um m<sup>3</sup> de betuminoso custava cerca de 14,00€, e neste momento custa cerca de 26,00€, pelo que não seria coerente da sua parte dizer quantos quilómetros se podem construir com uma dotação de 850.000,00€ face a essa oscilação dos preços. Disse que espera que consigam fazer os quilómetros necessários para cobrir grande parte da população, principalmente nas zonas mais populosas, sendo que possivelmente daqui a 30 ou 40 anos ainda haverá zonas sem saneamento. Relativamente à necessidade de pessoal para a área da educação, respondeu que reuniram com todos os membros do executivo municipal e, quando há acordos, estes normalmente são cumpridos. Referiu que este ano conseguiu-se colocar algumas das pessoas que eram necessárias através das bolsas de recrutamento, mas, como é sabido, por força das reformas, do absentismo e das baixas prolongadas, continuam a ter solicitações para a colocação de funcionários, principalmente do Agrupamento de Escolas Castelo de Paiva, que tem um maior número de alunos, pelo que essa necessidade não deixou de existir.

**A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para, referindo-se à questão colocada pelo deputado Jorge Quintas (GMMPP) relativa aos empréstimos, esclareceu que o Município tem dois empréstimos de valor menor na ordem dos 150.000,00€ de capital que faltava amortizar até 2027. Disse que o executivo decidiu, perante o aumento das taxas de juro, e o valor que as entidades bancárias com quem o Município tem os empréstimos comunicou à data da elaboração do Orçamento relativamente aos juros a pagar no próximo ano, ou seja, o que está escrito no Orçamento é só a previsão dos encargos associados aos juros dos empréstimos do Município, amortizar antecipadamente aqueles dois empréstimos, um na Caixa de Crédito Agrícola e o outro na Caixa Geral de Depósitos. Referiu que essa amortização antecipada permite ao Município poupar um montante de 25.000,00€ correspondente ao valor que iriam pagar em juros se mantivessem os empréstimos até 2027, pelo que esses empréstimos

foram liquidados e o Município, a partir de 1 de janeiro de 2024, terá apenas dois empréstimos de médio e longo prazo correspondentes aos de maior valor que foram contratados no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro.

Informou que a dívida de médio e longo prazo do Município a 31/12/2023 irá cifrar-se na ordem dos 2.000.000,00€.

Referindo-se à intervenção do deputado José António Rocha (GMPS), respondeu que o Orçamento não está empolado, porque a receita que é confirmada ao Município tem de ser inscrita no Orçamento: se tem um termo da aceitação relativo à “ELH - Estratégia Local de Habitação” que lhe diz que, provavelmente, o Município vai receber 4.000.000,00€ até 31 de dezembro, questionou se não havia de inscrever esse valor no Orçamento; se em janeiro, por exemplo, o Município submete uma candidatura ao “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência” e arrecada um apoio financeiro na ordem de 5.000.000,00€, questionou se não havia de inscrever esse valor só porque o Orçamento vai ficar empolado. Referiu que inscreveu no orçamento as receitas que estão efetivamente confirmadas, tal como foi feito relativamente aos impostos diretos cuja previsão resulta da média cobrada nos últimos 24 meses, pelo que se a 31/12/2023 o Município ultrapassou a previsão que tinha no orçamento do ano passado em matéria de impostos, se a taxa de execução ultrapassou os 100%, questionou se vai inscrever no Orçamento um valor menor só para não ser um Orçamento empolado, o que não acontece, porque é um Orçamento real; que é a mesma coisa acontece nas “outras receitas de capital”, ou seja, quando se inscrevem receitas no Orçamento, estas têm uma fonte de financiamento. Referiu que neste momento o Município tem diversas candidaturas submetidas ao “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência”, relativamente às quais há que perceber se o valor que advirá da sua aprovação é mesmo via “PRR”, ou se haverá outra fonte de financiamento associada àquele programa, pelo que como não houve a certeza de qual seria a fonte de financiamento dessa receita foi inscrita nas

“outras receitas de capital”. Deu o exemplo do montante de 235.000,00€ para o edifício da saúde em Oliveira do Arda, dado que ainda não sabia qual é a fonte de financiamento, apesar desse valor estar garantido, questionando se não o ia inscrever um Orçamento; que no passado o Orçamento era empolado porque 50% desse Orçamento correspondia a “outras receitas” que ninguém sabia de onde vinham, sendo que agora as receitas estão inscritas nas respetivas rubricas e não nas “outras”, agora são rigorosos.

Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) na parte relativa ao aumento da despesa com pessoal em 500.000,00€, respondeu que o referido deputado devia saber quais são as políticas que o seu governo quer implementar no âmbito da promoção das carreiras da função pública. Disse que isso também tem custos para o Município e têm de estar previdos: progressões nas carreiras por antiguidade e por descongelamentos da função pública, aumento do subsídio de refeição, só essas medidas representam um custo de 400.000,00€.

Referiu que o documento é em grande parte da sua responsabilidade, é um pelouro seu, e traduz a compilação dos contributos de todas as áreas; que agradecia a preocupação de todos pelos erros de ortografia, porque são coisas que ninguém quer que aconteça, só não erra quem não trabalha, mas ficava mais preocupada se fossem erros de cálculo, se o Orçamento tivesse mal calculado, porque é sobre os números e sobre os cálculos que o executivo desenvolverá a sua estratégia em 2024; que no passado também haviam erros e até Orçamento de Estado para 2004 que é elaborado por centenas de pessoas tinha erros.

**O Sr. Presidente da Câmara** interveio novamente para informar que o “Bupi - Balcão Único do Prédio” vai funcionar junto do serviço de atendimento ao munícipe no mesmo local onde funciona a cobrança e o pagamento de água e o atendimento da área do urbanismo, que também são serviços sensíveis. Disse que o “Bupi - Balcão Único do Prédio” é um sistema cadastral para identificação dos terrenos, pelo que irá funcionar

numa secretaria na zona de atendimento do Município, sendo que os casos mais sensíveis serão atendidos numa área de retaguarda junto do gabinete de “SIG - Sistemas de Informação Geográfica”.

Questionou qual é o mal de o “Bupi - Balcão Único do Prédio” funcionar no espaço único de atendimento a todos os municíipes, porque foi outra questão que também não percebeu.

**O Sr. Presidente da AM** deu nota que se ia passar ao período das intervenções finais.

Informou que o deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) prescindiu do direito de intervir neste período e que vai proferir a sua declaração aquando da sua declaração de voto.

De seguida, deu a palavra ao deputado Jorge Quintas (GMMPM).

**O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** usou da palavra para dizer que ficou preocupado, desgostoso e um bocado desiludido por lhe parecer que o Sr. Presidente da Câmara “atirou a toalha ao chão” em relação à zona industrial da Cruz da Carreira. Disse que, provavelmente, aquele seria o melhor sítio para fixar população.

Defendeu que a Câmara Municipal também teria de pagar pelos terrenos que foram referidos pelo Sr. Presidente da Câmara, e que uma zona industrial feita no limite do concelho beneficia dois concelhos, pelo que teria que ser feita por ambos.

Deu nota que no dia 31 de outubro, com a presença de membros do Governo, o “Iapmei, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação” fez a distinção das PME – Pequenas e Médias Empresas. Disse que essas “PME” não foram felicitadas pela Câmara Municipal, pelo que ele próprio lhes dava os parabéns (foram sete empresas): “Afternoon Benefits - Gestão de resíduos, Lda.”, “Correia Mendes, Lda.”, “Crastopaiva, Construções, Lda.”, “Farmácia Central de Castelo de Paiva”, “Palenus – Comércio de Paletes, Unipessoal, Lda.”, “Serralharia Bela Arte – Mota e Nunes, Lda.” e “Suavemed – Especialidades Médicas, Lda.”.

Informou que o GMMMP vai pedir um intervalo de 5 minutos antes da votação para reunir.

**O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que o PSD apresentou um documento floreado, com grafismo e cores apelativas e citações musicais descontextualizadas, ou seja, mostram a sua forma de ver a realidade e a sua ação governativa de forma descontextualizada e longe da veracidade dos Paivenses.

Deu nota que existe uma “ELH - Estratégia Local de Habitação” que prevê a construção de habitações sociais, mas não vêm garra, dinâmica e capacidade de execução deste projeto financiado pelo “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência”; que prometeram investir 1.500.000,00€ em 2023 e tiveram uma “mão cheia de nada”.

Referiu que existe um projeto de turismo pela margem do Douro que está parado, abandonado e mostra uma falta de capacidade de implementação, tendo questionado o que é que o executivo pretende “consolidar”: a inércia, a desorientação estratégica.

Defendeu que o apoio ao desporto está esquecido, não vêm investimentos, nem capacidade e garra para investir na Piscina Municipal nem nos Pavilhões Municipais; que para quem não consegue fazer uma Gala Municipal de Desporto e Cultura prometida para este ano, questionou que garantias têm que cumprirá a palavra em 2024; que a eficiência energética não passa de uma intensão.

Relativamente à fixação de pessoas, referiu que seja na construção de zonas industriais, seja na canalização de impostos para políticas de atração de pessoas, não vêm uma orientação focada no desenvolvimento, pelo contrário, vêm um ziguezaguear nas decisões da zona industrial, fazendo-os perder mais tempo.

Defendeu que a maior das lacunas está no investimento, dado que o executivo evidencia intenções e poucas realizações: uma governação de navegação à vista, sem garra e sem liderança e, mais grave, sem

capacidade, reflete todas estas características no reduzidíssimo investimento feito.

Salientou que foram eleitos para defender os interesses dos Paivenses, estando certos que estão mandatados para serem uma oposição responsável e ativa, atenta e intervventiva.

Concluiu, referindo que para melhor defenderem os interesses dos Paivenses não podem concordar com o documento, não podem votar favoravelmente, porque não reflete as verdadeiras necessidades de Castelo de Paiva, pelo que e pelos considerandos das intervenções do GMPS, o voto daquele GM será contra este documento.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** usou da palavra para dizer que se diz que o executivo não foi capaz de fazer uma Gala do Desporto e da Cultura, mas antes assim do que fazer um “Projeto Desafios”, concurso de ideias, que desapareceu ao fim do primeiro ano, deixou de existir, pelo que antes fazer bem o projeto para ter continuidade do que fazer um projeto que acabe no primeiro ano.

Referiu que sobre as frases de Bob Marley, num documento de 231 páginas, com tanta informação, só se focam numa frase, o que significa que o Orçamento está mesmo bom. Disse que cada um olha para o Bob Marley da forma que quer: para algumas intervenções que ele teve, pela sua música, mas ela olha para ele enquanto ativista pela paz e que recebeu, inclusive, uma medalha da paz, em suma cada um olha pelo lado que lhe dá mais jeito.

Sobre o Orçamento, referiu que este é um dos orçamentos mais equilibrados, mais rigorosos e mais transparentes dos últimos anos, feito para todos os Paivenses, sem exceção: equilibrado, porque tentou a todos os níveis corrigir os orçamentos empolados com “outras receitas” e “outras receitas de capital” de 9.000.000,00€, que nunca eram arrecadadas, porque nem sequer eram possíveis de arrecadar; rigoroso e transparente, porque quem o lê sabe o que diz, o que se pretende fazer, os valores que são alocados a cada rubrica; que neste Orçamento não vai tudo para a rubrica

“outros”; um orçamento que mantém boas contas que se traduzem na confiança das entidades que trabalham para o Município.

Defendeu que a gestão de dinheiros públicos deve ser rigorosa, criteriosa e transparente, porque está a ser gerido o dinheiro de todos.

Realçou que com o pagamento a fornecedores em menos de 15 dias, nesta data a dívida do Município a fornecedores é de cerca de 240.000,00€, algo que nunca aconteceu nos anos anteriores, dai ser um Orçamento que aposte no reforço das medidas sociais, designadamente o aumento do valor previsto para o tão necessário apoio às rendas numa altura em que é tão difícil arranjar uma casa a preços acessíveis; com a medida de apoio às refeições escolares que “põe no bolso” das famílias uma ajuda importantíssima num investimento no montante de mais de 200.000,00€, que é superior ao apoio que o executivo continua a manter para o Cheque-Farmácia, para o Transporte Solidário e para o Apoio à Natalidade; um Orçamento que mais uma vez reforça os valores a transferir a Juntas de Freguesia o que demonstra um sentimento de igualdade deste executivo que, desde que tomou posse, aumentou o orçamento para aquelas entidades em mais de 230.000,00€, e que somou a isso o apoio de proximidade com mais de 56.000,00€ e meios humanos, referindo que isso tem um nome: competência; a competência de dar às Juntas de Freguesia aquilo de que elas precisam e aquilo que elas sempre pediram durante os últimos anos; a competência do poder dar aos seus Presidentes de Junta facultades para fazerem mais o melhor pelas suas populações; um Orçamento que aposte nas obras de proximidade, mas também em obras que precisavam de ser feitas há anos, como seja a requalificação dos equipamentos desportivos completamente abandonados nos mandatos anteriores: hoje toda a gente se lembra que o pavilhão está num estado lastimoso, que a piscina está num estado deplorável, tendo questionado o que é que foi feito nos últimos anos pela piscina coberta, pelo pavilhão dos desportos, pelo pavilhão da Raiva e pela piscina do Castelo – zero, por isso é que eles chegaram ao estado em que estão; é um Orçamento que aposte no saneamento e na resolução de



problemas com várias décadas, como por exemplo a colocação de ETAR's e resolver o problema de saneamento no Vale da Mota; é um orçamento que apostava na efetivação da "ELH - Estratégia Local de Habitação" em todas as freguesias do concelho, e não apenas em maquetes publicadas em revistas eleitorais como tiveram a oportunidade de perceber no caso do Choupelo; é um Orçamento que melhor serve os Paivenses e o concelho. Salientou que a questão que se pode colocar é o que seria feito de diferente pelos partidos que estão nesta Assembleia Municipal. Disse que aconselhava todos a lerem as propostas dos partidos e movimentos que as apresentaram e que estão juntas ao Orçamento para o perceberem. Reiterou que este é um dos melhores Orçamentos dos últimos anos, é um dos mais equilibrados, porque diminui aquilo que é um Orçamento empolado, pelo que o PSD votará favoravelmente.

**O Sr. Presidente da AM** concedeu o intervalo de cinco minutos requerido pelo GMMPM.

Retomada a sessão, o **Sr. Presidente da AM** passou à votação dos documentos.

#### **9.1. Deliberação Orçamento 2024.**

**Deliberação:** Apreciado e aprovado por maioria com 8 votos contra (GMPS), 7 abstenções (2 do GMPS – Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura e Sr. Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso -, 3 do GMMPM e 2 do GMUCPT) e 12 votos a favor (11 do GMPSD e 1 do GMMPM – Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real).

#### **9.2. Deliberação GOP 2024.**

**Deliberação:** Apreciadas e aprovadas por maioria com 8 votos contra (GMPS), 7 abstenções (2 do GMPS – Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura e Sr. Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso -, 3 do GMMPM e 2 do GMUCPT) e 12 votos a favor (11 do GMPSD e 1 do GMMPM – Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real).

#### **9.3. Deliberação Plano Anual de Recrutamento, Caracterização dos Postos de Trabalho e Mapa de Pessoal 2024.**

**Deliberação:** Apreciado e aprovado por maioria com 8 votos contra (GMPS), 7 abstenções (2 do GMPS – Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura e Sr. Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso -, 3 do GMMPM e 2 do GMUCPT) e 12 votos a favor (11 do GMPSD e 1 do GMMPM – Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real).

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** proferiu a seguinte declaração de voto:

“- Este é o terceiro Orçamento deste executivo, e o segundo em plenitude de funções.

É um orçamento que o executivo em permanência refere como aquele que manifesta o desejo de mudar Castelo de Paiva.

Apesar do rigor deste Orçamento, como alguém aqui já referiu, não vejo refletido neste Orçamento uma estratégia para o concelho em algumas áreas fundamentais. E é por isso que tenho receio que se possa perder uma oportunidade única de ir no “Portugal 2030” e no “PRR – Plano de Recuperação e Resiliência” para investimentos em áreas como o Museu do Carvão e das Minas Pejão, a remodelação da antiga escola EB2/3, agora EB1, a construção da casa das artes, a construção da zona industrial da Cruz da Carreira, nem que seja um sistema de peri equação como fizeram os Municípios do Tâmega e Sousa sem terem de comprar terrenos, a construção do parque urbano da Quinta do Pinheiro, na Quinta da Boavista, na remodelação do piso do campo municipal de Boavista e, a coisa mais preocupante, o hiato que está a existir entre o investimento privado e o investimento público na habitação, que faz com que os nossos jovens casais não se consigam fixar em Castelo de Paiva face ao elevado custo da habitação.

Espero que daqui a um ou dois anos, quando a “ELH - Estratégia Local de Habitação” esteja concluída, não possa ser tarde para fixar os nossos jovens. Também não vejo refletido neste orçamento com clareza aquilo que a Carta Educativa nos vai mostrar. Com isto falo também na questão do



pessoal, pois sobre esse assunto já falei que tinha a falar em reuniões anteriores.

Justifico deste modo o sentido de voto do UCPT.

Esperamos daqui a um ano poder dizer que estávamos enganados, pois no recurso de 2024 seguiremos com atenção o desempenho do executivo em permanência e saberemos reconhecer, caso o que aqui falamos agora, corra de maneira diferente.”

Concluiu a sua intervenção, dando nota ao Sr. Presidente da Câmara que nem sempre os documentos chegaram a tempo à comissão de acompanhamento e, algumas vezes, as informações não foram aquelas que precisavam.

**O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** proferiu a seguinte declaração de voto:

“- A nossa abstenção não tem a ver com o vosso Orçamento seja aprovado, nada disso, dissemos aqui o que sentimos, o que analisamos, e não era o nosso Orçamento.

Outra coisa que quero frisar aqui, porque se no nosso movimento existe toda a liberdade de voto, o nosso Presidente de Junta vota da forma que entende, como qualquer um de nós votaria da forma que quisesse.

Espero também não estar enganado e que na verdade este Orçamento que vocês apresentam seja, no mínimo, 70% exequível.”

**O GMPS** fez chegar à Mesa uma declaração de voto escrita que a seguir se transcreve:

“- Os deputados municipais eleitos pelo PS na Assembleia Municipal de Castelo de Paiva votaram contra os documentos apresentados, pelos seguintes motivos:

1. Não encontramos vontade política pelo executivo em permanência para a construção de habitações sociais financiadas pelo “PRR”;
2. Não encontramos estratégia no desenvolvimento do turismo em Castelo de Paiva, pelo contrário, vemos um abandono aos planos existentes;

3. Existe saldo em tesouraria de 4.000.000,00€ e ao mesmo tempo vemos os equipamentos desportivos em decadência, evidenciando um abandono e desincentivo à prática desportiva;
4. Não existe uma estratégia para fixar pessoas em Castelo de Paiva: a governação em ziguezague com a zona industrial da Cruz da Carreira evidencia um desinteresse claro nas pessoas;
5. A vontade e a intenção que ano após ano nos têm apresentado nestes documentos, não têm correspondido com obra realizada e com arrojo político suficiente para acreditarmos na capacidade daqueles que governam a nossa terra.”

***10. Apreciação e deliberação de proposta para abono de despesas de representação dos titulares de cargos dirigentes.***

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade.

***11. Apreciação e deliberação de proposta para a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias – Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.***

**Deliberação:** Apreciada e aprovada por unanimidade.

***12. Informação para apreciação e conhecimento da AM:***

***12.1. Proposta - Suplemento de Penosidade e Insalubridade – 2024.***

A AM tomou conhecimento.

***12.2. Compromissos Plurianuais – 3.º Trimestre de 2023.***

**O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que na página 1 aparece descrita uma aquisição de serviços de consultoria e assessoria em projetos de investimento cofinanciados no valor de 32.405,05€, tendo questionado a que é que diz respeito.

**O Sr. Presidente da Câmara** respondeu que se trata de uma empresa que está a dar apoio ao Município ao nível dos fundos europeus, e que está também a colaborar com o que pretendem vir a ser o Gabinete de Fundos Europeus.

A AM tomou conhecimento.

**Período de Intervenção do Público**

### ***13. Intervenção do Público.***

**O município Filipe Moura**, residente em Real, Presidente da Comissão Política do PSD de Castelo de Paiva, usou da palavra para felicitar o executivo pela aprovação do Orçamento. Disse que é sem dúvida, de todos os orçamentos que pode consultar e votar, o melhor Orçamento que o executivo municipal apresentou desde que faz parte desta casa.

Felicitou o executivo por olhar para as Juntas de Freguesia como merecem ser olhadas e tratadas, porque foram muitos anos a discriminar algumas Juntas de Freguesia, pelo que acha que este Orçamento reflete a aproximação do executivo municipal àquelas entidades.

Felicitou também os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que viabilizaram este Orçamento, porque passar de um apoio de 140.000,00€ previsto no Orçamento de 2020 para 230.000,00€, mais os apoios de proximidade é, sem dúvida, olhar para as freguesias como devem olhar. Referiu que haverá nessa medida a mão do Sr. Vice-Presidente da Câmara que foi autarca durante muitos anos, e que também juntamente com o próprio e com outros companheiros que estão na AM, defendiam esse apoio.

Deu nota, porque há na AM muitas vozes e muitos elementos que viviam “as fantasias do mundo dos elefantes”, que lamentava que hoje ninguém tivesse tido a humildade (aqueles que andaram nas Assembleias de Freguesia a apontar o dedo e a falar de outro partido do qual ele é representante e pelo qual está a dar a cara, porque não tem receio em dar a cara pelo seu partido) de fazer um pedido de desculpas a uma pessoa que muito deu à freguesia Sobrado, à UF de Sobrado e Bairros, ao PS, e que muito está a dar ao concelho; que lamentava não terem chegado aqui com a mesma humildade e dizer que pediam desculpas por terem apontado o dedo a uma pessoa séria e honesta que é o Sr. José António Vilela.

Referiu que na AM de abril o representante do PS disse que no seio do PSD havia gente a esfregar as mãos à espera do que ia acontecer. Disse que na

altura pensou que não era para si, porque quem o conhece sabe que só tem mão e meia, pelo que nunca poderia esfregar as duas mãos.

Realçou que com a intervenção de hoje não tem problema nenhum em dizer que se estava a referir a ele, porque em caso de renúncia de algum membro do executivo em permanência é ele, nos termos da lei, que assume os cargos; que tiveram problemas em pôr os nomes, não sabe porquê, podem pôr os nomes: Filipe Moura; que tenham a coragem e digam que é o Filipe Moura, mas que quem o conhece sabe que não anda atrás de cargos, porque se andasse atrás de cargos em 2021, quando fizeram as listas e era Presidente do PSD tal como é hoje, exigia um lugar, algo que se calhar acontece em alguns partidos.

Dirigiu-se ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para, em nome do PSD e em seu nome pessoal, já que dizem que não são solidários para com ele, se solidarizar publicamente com a sua absolvição. Referiu que não estiveram presentes no julgamento, não estiveram presentes na leitura da sentença porque têm que trabalhar, uma vez que algumas vozes dizem que não trabalham, mas têm que trabalhar; que o Sr. Vice-Presidente da Câmara fez questão que não estivessem presentes.

Concluiu, referindo que o PSD está solidário com o Sr. Vice-Presidente da Câmara e está grato por tudo o que dá àquele partido, algo que não acontece com alguns que também deviam estar gratos com aquilo que o Sr. Vice-Presidente da Câmara sempre deu.

A sessão foi encerrada às 20:30 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade, a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº. 3, do artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa,

*[Signature]*

O 1.º Secretário,

*[Signature]*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
CASTELO DE PAIVA

Fls. \_\_\_\_\_

A 2.ª Secretária, em exercício,

Cristiana Sofia Martins Jieira